



AS CARAS DA JUVENTUDE

Cadernos Adenauer

Ano II
2001
Nº 06

PAULO SÉRGIO DO CARMO

KARYNA B. SPOSATO

MARIA FILOMENA GREGORI

MARCELO NERI

DANIELA COSTA

CLAUDIA MARTÍNEZ ALVEAR

DETLEF OESTERREICH

AS CARAS DA JUVENTUDE



Konrad
Adenauer-
Stiftung

Editor responsável
Wilhelm Hofmeister

Redação
José Mario Brasiliense Carneiro
Maria Antonieta Del Tedesco Lins

Coordenação Editorial
Gustavo Adolfo Pedrosa Daltro Santos

Tradução
Amélia Rodriguez (p. 87-106)
Rolando Körber (p. 107-132)

Capa
Isabel Carballo

Diagramação
Miriam Melo

ISSN 1519-0951

Cadernos Adenauer II (2001), nº 6
As caras da juventude
São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, dezembro 2001.

ISBN 85-7504-020-0

Todos os direitos desta edição reservados à
FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER
Centro de Estudos
Praça Floriano, 19 — 30º andar
20031-924 — Rio de Janeiro, RJ
Brasil
Telefone: 0055-21-2220-5441
Telefax: 0055-21-2220-5448

Impresso no Brasil

Índice

OS AUTORES	6
APRESENTAÇÃO	7
JUVENTUDE NO SINGULAR E NO PLURAL <i>Paulo Sérgio do Carmo</i>	9
PEDAGOGIA DO MEDO: ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI E AS PROPOSTAS DE REDUÇÃO DA IDADE PENAL <i>KARYNA B. SPOSATO</i>	31
OS MENINOS DE RUA E A CIRCULAÇÃO <i>Maria Filomena Gregori</i>	51
O TEMPO DAS CRIANÇAS <i>Marcelo Neri e Daniela Costa</i>	65
SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO CHILE <i>Claudia Martínez Alvear</i>	87
A ATITUDE DA JUVENTUDE ALEMÃ DIANTE DA ATUAÇÃO POLÍTICA: UMA COMPARAÇÃO INTERNACIONAL <i>Detlef Oesterreich</i>	107

Os autores

Paulo Sérgio do Carmo é professor universitário, formado em sociologia e mestre em filosofia. Publicou livros sobre o tema “trabalho” e sobre o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty. É autor de *Culturas da rebeldia: a juventude em questão* (Ed. SENAC, 2001).

Karyna B. Sposato é advogada, gerente da área de criança e adolescente do ILANUD/Brasil (Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente) e mestranda em Direito Penal pela USP.

Maria Filomena Gregori é doutora em Antropologia Social, professora do Departamento de Antropologia da Unicamp e autora, entre outros, do livro *Viração — Experiências de meninos nas ruas* (Companhia das Letras, 2000).

Marcelo Neri é chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV.

Daniela Costa é pesquisadora do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV.

Claudia Martínez Alvear é mestre em Economia pela Universidade do Chile.

Detlef Oesterreich é doutor, colaborador científico do Instituto Max-Planck para Pesquisas sobre Educação (*Institut für Bildungsforschung*), em Berlim, e diretor da contribuição alemã ao projeto *Civic Education* da *International Association for the Evaluation of Educational Achievement*.

Apresentação

As repetidas afirmações de que a solidariedade entre as gerações é uma das principais armas e trunfos para a edificação de uma sociedade mais justa e igualitária correm, muitas vezes, o risco de se esvaziarem do real sentido dessa idéia. É absolutamente consensual a crença de que o futuro de nossa sociedade depende do cuidado que temos hoje com as condições de vida e a formação das crianças e dos jovens. Tudo isso é verdade, mas pode tornar-se uma panacéia e um emaranhado de discursos vazios aos quais pouco se dá importância.

Em meio a incertezas crescentes com respeito à segurança mundial, à escalada da violência, aos valores culturais, morais e éticos das novas gerações, surgem perguntas bastante concretas sobre a face e o conteúdo desse jovem. Quem é ele/ela? Ele é o militante religioso disposto a oferecer a vida em favor de uma causa, é o filho de um Estado social que não lhe pode garantir as mesmas coberturas e qualidade em educação e saúde que receberam seus antepassados; pode ser também hiper-solicitado, sobrecarregado com o fardo da responsabilidade de inserir-se e vencer em um “mercado” educacional, e depois de trabalho, cada vez mais competitivo, ou estaria perdido nos labirintos dos *sites* da informação disponível? Parece que encontramos incontáveis características, estilos, aspirações e dúvidas em nossos jovens.

Com o volume que ora apresentamos, procuramos mapear apenas uma ínfima parcela da infância e juventude no início deste milênio e assim contribuir para um debate já há muito em curso e com longa perspectiva de permanência na pauta das preocupações dos políticos, cientistas sociais, economistas e da so-

cidade em geral. Os artigos dos especialistas aqui apresentados abordam distintos problemas da juventude e de seu cotidiano.

Abrindo este número dos *Cadernos Adenauer*, diferentes aspectos culturais e políticos dos jovens nas periferias dos centros urbanos brasileiros e suas formas de expressão são analisados por Paulo Sérgio do Carmo, que salienta o contraste destes com jovens de outras camadas sociais, refletindo a desigualdade distributiva do país e questionando a visão de “uma” juventude às vezes proposta pela mídia.

Concentrando-se também sobre uma face pouco publicitada da juventude brasileira, Karyna Sposato aborda a problemática que envolve o menor infrator, desde o abandono familiar, passando pelo sua “acolhida” por parte das instituições especializadas no país e pelo sistema judicial.

Nesse universo da juventude desassistida no Brasil, o tema “meninos de rua”, “notícia de exportação” para os países industrializados, é particularmente instigante. Ele é abordado por Maria Filomena Gregori, antropóloga, a partir de sua pesquisa de tese de doutorado entre os “meninos de rua” em São Paulo.

Concluindo este olhar sobre “as caras” da juventude brasileira, desta vez de um ponto de vista mais amplo, Marcelo Neri e Daniela Costa descrevem de forma minuciosa a situação social e econômica de crianças e jovens no Brasil, apontando para a enorme desigualdade no acesso às oportunidades.

Vale notar que o conhecimento da realidade de outros países enriquece o entendimento de nossa própria realidade. Assim, com a intenção de comparar a situação dos jovens no Brasil com outros casos da América do Sul, Claudia Martinez Alvear traz o exemplo chileno, que embora seja bastante menos pernicioso do que a situação brasileira, mantém ainda importantes desigualdades.

E, finalmente, voltando o olhar para a Europa, Detlef Osterreich analisa a disposição dos jovens alemães diante da atuação política, a partir de uma pesquisa internacional comparativa realizada entre jovens de idade escolar em vários países — inclusive no continente sul-americano.

WILHELM HOFMEISTER

Juventude no singular e no plural¹

PAULO SÉRGIO DO CARMO

Recentemente a revista *Veja*² lançou uma edição especial sobre jovens. Segundo a matéria, trata-se de “um retrato da geração mais bem informada de todos os tempos.” A primeira pergunta que surge para o leitor é: de que juventude a revista está falando? Em termos econômicos, de que estratificação social? Se nos basearmos no título, “Jovens”, trata-se de um universo capaz de abranger toda a juventude brasileira. Praticamente em nenhum momento a reportagem se refere à juventude de classe média alta, embora se possa antever que se trata dessa classe, já que a matéria se fundamenta em uma pesquisa realizada pelo canal de televisão MTV. A pesquisa foi considerada como “o mais completo levantamento já feito sobre a juventude de hoje”; a reportagem, porém, só vai deixar claro o padrão de vida do jovem retratado quando cita, à página 84, o custo por mês de um filho de “uma família de classe média alta”: quase vinte salários mínimos.

Na matéria, essa juventude é tratada como “os novos revolucionários”. Ao contrário de seus pais que, na década de 1960, trancavam-se no quarto como forma de isolamento dos demais membros da família, “os de hoje se trancam também,

-
1. Parte deste artigo é uma versão alterada do livro *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. (CARMO, 2001)
 2. *Veja “jovem”*. Edição especial, ano 34, n. 38, 26.09.01.

mas para se plugar na *internet*, na TV a cabo e no telefone celular.” Esses equipamentos tornam a geração atual “a mais bem informada de todos os tempos.” Trata-se da “geração Z”, do *zapping* do controle remoto.

Esse tipo de reportagem, bombástico, carregado de adjetivos e amplamente divulgado pelos meios de comunicação, de vez em quando é objeto de análise de estudiosos do assunto. O antropólogo Hermano Vianna, responsável pelo estudo do mundo funk carioca dos anos 1980, levanta uma questão sobre essa modalidade de pesquisas feitas para saber o “pensamento” dos jovens. Segundo ele:

“Os resultados dessas pesquisas quase nunca são de muita ajuda (além de propor novos nomes para novas turmas, como Geração X ou Vinte-e-Alguma-Coisa), pois a partir deles só é possível acreditar que o jovem pensa, ou é, qualquer coisa, isto é, um pouco de tudo. Por exemplo: no final da década passada, a revista Manchete publicou um caderno especial intitulado ‘Anos 80: a juventude em crise’. Pouco tempo depois, a Veja publicava uma longa reportagem com o espírito oposto: o título era ‘Em paz e com amor’. O lead desse texto era constituído pela seguinte afirmação: ‘Os filhos da geração rebelde dos anos 60 vivem em harmonia com os pais, começam a namorar cedo e trocam as passeatas pelos shopping centers.’ (Veja, 31/10/90) Mas isso não é tudo: em seguida, aprendemos na capa da revista Fortune que os teens formam the most global market of all, e ainda somos brindados com o seguinte conselho: ‘Se você está vendendo para adolescentes em Los Angeles, tente Tóquio e Santiago também.’ (Fortune, 16/05/94) Então, como se decidir? O ‘jovem’ está em crise ou em harmonia? O ‘jovem’ quer crítica ou compra? Ou tudo isso faz parte do charme

(que é copiado pelos que querem ‘ser jovens’) de sua indecisa ‘condição adolescente’?” (VIANNA, 1997:11)

Aliás, quando se fala em geração rebelde dos anos 60, a referência implícita é a geração de classe média para cima e, dentro dela, a apenas uma minoria que fez barulho, deixando seu rastro na história, influenciando os outros e imprimindo sua marca na geração seguinte.

Está claro que definir o que é jovem é difícil. Falar da “juventude brasileira”, no singular, é muito vago; por outro lado, se se subdividir a juventude em diversos segmentos, corre-se o risco de cair numa pulverização infinita de grupos.

Entre os estudiosos, a convicção é de que

“os jovens, assim como toda a sociedade, estão marcados por diferenças de ‘classes’. Em outras palavras, não existe uma juventude, mas sim várias juventudes — o jovem operário, o jovem bóia-fria, o jovem da periferia etc.” (MADEIRA, 1999:60)

Mas isso parece não interessar aos meios de comunicação, que, além de dar atenção a comportamentos relacionados à moda, beleza e consumo, têm tratado de assuntos variados e de modo genérico, muitas vezes com um certo alarde, para atrair a atenção de seu público leitor. No Brasil, a preocupação com o jovem pobre da periferia das grandes cidades muitas vezes só surge quando se querem lembrar as cifras alarmantes de violência.

Vejamos um ensaio feito nos Estados Unidos, que parece adequado também ao nosso país. No estudo intitulado *As gangues e a imprensa*, Sánchez-Jankowski (1997) observa que “a mídia se vê ora observadora neutra das gangues ora sua adversária, quando na realidade ela contribui em parte para a sua sobrevivência.” (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1997:181) Isso ocorre porque os integrantes de uma gangue têm como propó-

sito divulgar sua existência e exacerbar sua força, com a intenção de se impor às gangues rivais. Já a mídia, além da visão empresarial, tem que suprir seus leitores de notícias, atingir um público mais amplo e, de preferência, com reportagens o mais instigantes possível. Devido a isso, podem ocorrer certos exageros. Ora, um acontecimento envolvendo gangues tem forte apelo midiático emocional. Segundo o autor, “todas as gangues que estudei entenderam muito bem que a mídia está sempre disposta a fazer reportagens a seu respeito desde que tenham algo de novo a lhe propor.” (SÁNCHEZ-JANKOWSKI, 1997:193)

A imprensa, muitas vezes no afã de relatar casos interessantes, transforma um crime envolvendo um grupo de rapazes com tênues ligações entre si em uma ação de gangue organizada. Na pressa para obter dados, pode-se transformar um bando de arruaceiros em gangue organizada, o que torna maior o interesse dos leitores.

1. Grupos juvenis divergentes

Se compararmos diferenças sociais na mesma faixa etária, ou seja, entre os jovens de classe média e os de baixo poder aquisitivo, obteremos dados significativos. Já na década de 1960 o movimento de contracultura foi capitaneado pela juventude de classe média, como os *hippies* norte-americanos e os estudantes de Paris. Uma das bandeiras de resistência *hippie* e da revolta estudantil foi o ataque à sociedade de consumo. Nos Estados Unidos, tais movimentos evidenciam um padrão de vida: a revolta da juventude de classe média branca dava mostras de que esta estava entediada com o excesso de produtos supérfluos da sociedade de consumo; a juventude excluída (no caso dos negros) almejava ter acesso a esses bens.

Os negros americanos se aproximavam dos brancos *hippies* em torno do lema pacifista “paz e amor”, pois, como combatentes na guerra do Vietnã, eles eram proporcionalmente o maior contingente de convocados. Por outro lado, em São Francisco, berço da contracultura, a tensão inter-racial aumentava

“à medida que chegavam mais e mais jovens brancos de classe média que renunciaram a seus lares agráveis, boas escolas e empregos bem remunerados, coisas que estavam fora do alcance da maioria dos negros.” (ECHOLS, 2000:170)

Já na Inglaterra os *hippies* não gozavam de boa acolhida entre os jovens operários que se intitulavam *skinheads* (cabeças raspadas). Apesar de o movimento *skinhead* ter surgido antes do movimento *hippie*, ele cresceu entre a juventude operária como forma de oposição, tanto na vestimenta rude quanto no corte de cabelo curto. Tratava-se de ressaltar a aspereza, o machismo e a virilidade da classe operária.

Nas críticas palavras de George Marshall, autor de um fanzine *skinhead*, dá para notar o antagonismo de grupos: para o autor, toda essa “papagaiada” de “paz e amor” só apareceu três anos depois, de modo que atribuir aos *skinheads* reação ao movimento *hippie* é querer se adiantar aos fatos. “Rejeição vá lá, mas reação, nunca.” (MARSHALL, 1993:12) Na visão de Marshall, durante a década de 1960, a juventude britânica de classe média tinha como opção comunidades *hippies* e manifestações estudantis, podendo se dar ao luxo de despedir-se do mundo real e partir para a viagem psicodélica das drogas e o “desbunde” do amor livre.

Nas irônicas palavras de Marshall, esses jovens posavam de revoltados até o momento em que “o papai lhes arrumasse um servicinho maneiro no escritório.” (MARSHALL, 1993:11) Para o autor, o desbunde dos *hippies* “não passava de ‘bundamoleza’, essa era a verdade.” (MARSHALL, 1993:11) Para

Marshall, os hippies representavam rapazes de classe média parasitas que nada se relacionavam com os valores tradicionais da comunidade operária inglesa. Segundo ele, a grande maioria dos filhos dos trabalhadores mal terminava os estudos e logo tinha de pegar no batente, quase sempre em atividades desqualificadas e no subemprego, as únicas disponíveis.

2. Movimentos culturais periféricos

No Brasil, quando se fala da geração da década de 1960, devemos lembrar que o público universitário era menos de 1% da população e detinha um poder aquisitivo acima da média. O próprio Centro Popular de Cultura (CPC/UNE), formado predominantemente por jovens das classes médias e altas, tinha como meta levar a cultura para as massas menos esclarecidas.

Em nosso país, manifestações culturais produzidas por setores de menor poder aquisitivo e, ao menos inicialmente, a eles dirigidos, só vão ocorrer nos anos 1980 com o movimento *punk*. Segundo a socióloga Helena Abramo, “no Brasil, é a primeira vez que o tom central, a inspiração básica do universo cultural juvenil é dado por jovens das classes trabalhadoras.” (ABRAMO, 1994:84) Em sua grande maioria, tratava-se de garotos moradores dos subúrbios e periferias, de famílias de trabalhadores de baixa renda, que ouviam *rock* e viviam em busca de informações, novos discos e tendências musicais.

No Brasil, o interesse pelo novo estilo começou a se enraizar sem que estratégias do mercado fonográfico tivessem sido elaboradas, e até mesmo de forma relativamente distante da cultura de massa. Aos poucos, esses jovens foram sentindo que faziam parte de um segmento e que se diferenciavam de outros grupos mais bem aquinhoados socialmente.

Até certo ponto, seguindo a linha do “faça você mesmo” dos *punks* ingleses dos anos 1970, os *rappers* da periferia dos grandes centros do nosso país têm se destacado com uma produção distante da indústria cultural. No Brasil, a partir dos anos 1990, a chamada música de protesto retorna com um novo e diferente discurso e outra cadência. Mudou também a origem social de seus produtores. Não se trata mais, como na década de 1960, de grupos de jovens universitários de classe média que cultivavam um tipo de música com a intenção de conscientizar o povo sobre as injustiças sociais e cuja produção estava intimamente ligada à ditadura militar, que procurava calar toda forma de descontentamento.

Assim como nos primórdios do samba, que se originou de uma cultura marginal ligada aos setores populares, ocorre na atualidade o surgimento de um novo gênero musical que busca retratar, com fidelidade, dificuldades que a maioria da juventude pobre de periferia sofre no seu dia-a-dia. Ao cultivar “o ritmo dos excluídos”, os *rappers* tornam-se os porta-vozes ou cronistas das injustiças sociais e dão visibilidade a seus problemas.

Trata-se de uma cultura de resistência que oferece um interessante retrato do Brasil contemporâneo. Esses jovens produzem crítica social em forma de música, acreditando que o papel combativo do *rap* deve voltar-se para a defesa de idéias, de preferência radicais.

A flagrante diferença, inclusive de origem social, entre as gerações dos anos 1960 e 90, assim como a dos caras-pintadas e a do subúrbio e do morro, foi caracterizada pelo jornalista Zuenir Ventura. Ele se refere tanto aos que saíram às ruas quanto a todos os outros, que permaneceram na obscuridade:

“Correndo por fora, existe uma camada geográfica e socialmente periférica, desvalorizada pela mídia, preocupação apenas de antropólogos e sociólogos e sem-

pre vista com suspeita pela polícia. A pesquisa Data Brasil a chama de Geração dos Descamisados. Não é comum aceitar como fenômeno geracional — até porque o conceito sempre foi um privilégio de classe — esses milhares de jovens que habitam a periferia das grandes cidades, formando um grupo literalmente marginal. Só no Rio, por exemplo, são quase 2 milhões reunindo-se todos os fins de semana para, à sua maneira, se manifestar numa furiosa comunhão feita sem palavras, de sons e gestos: os bailes funks.” (VENTURA, 1993:122)

A chamada juventude dourada dos anos 1990, por ser a mais visível, tornou-se também a mais observada pela mídia. Nas pesquisas realizadas na referida década, esses jovens ricos já tinham fácil acesso às inovações tecnológicas. Para Zuenir Ventura, uma parte dessa tribo juvenil é dourada, pintou o rosto de verde-amarelo, saiu às ruas com a intenção de depor o presidente Fernando Collor e seguiu em frente. Mas existe a outra, que não reluz, que vive nas periferias ou subúrbios e compõe a grande parte do Brasil real. Esses jovens pouco visíveis nos meios de comunicação não chegam a considerar os caras-pintadas como estranhos ou “alemães”, em sua gíria, mas são bastante indiferentes a eles.

Quando se perguntou a um desses rapazes pobres por que seu grupo não tinha participado das passeatas pela queda do presidente Collor, a resposta foi que isso “era coisa de mauricinhos.” Zuenir Ventura indaga: “Quem sabe a garotada que pintou o rosto para sair às ruas seja não a geração dos anos 1990, mas apenas uma delas, a mais visível e fotogênica, a mais ruidosa?” (VENTURA, 1993:120) Essa pergunta pode ser lançada para a geração do novo milênio.

Para ficarmos no exemplo comparativo entre os caras-pintadas, tidos como geração *shopping center*, e os funkeiros,

podemos usar como parâmetro o fenômeno chamado de arrastão. Uma impressionante demonstração dessa outra juventude nada dourada aconteceu num quente domingo de 1992, quando a tevê exibiu imagens que assustaram o país. O arrastão nas areias das praias do Arpoador era a “passeata” de um grupo de adolescentes de rostos não pintados, chamados erroneamente, ou precipitadamente, de funkeiros, que invadiu a Zona Sul do Rio de Janeiro, deixando os banhistas em pânico. Formando um comando de vanguarda, levaram a mensagem das galeras do subúrbio. Sobre o “arrastão” disse um dos participantes, de 16 anos: “Nós só queria arrear os bacanas, mostrar que a praia não é só deles.”

Embora fosse mais uma manifestação de algazarra, que, segundo consta, não chegou a provocar saques ou vítimas, o arrastão deixou nos banhistas um medo enorme. Parecia concretizar-se a paranóia de uma tão aguardada invasão bárbara dos despossuídos na orla da cidade. No processo, evidenciou-se que, aparentemente sem motivos para comemorar os ideais políticos almejados, como os caras-pintadas, existe essa outra fileira de jovens da periferia dos grandes centros urbanos, esquecida pela mídia, tomada como suspeita para a polícia, e, no máximo, objeto da preocupação atenta apenas nos estratos acadêmicos.

A “geração dos descamisados”, como alguns estudiosos a denominaram, compõe-se de milhares de jovens que vivem nos subúrbios das grandes cidades, formando um contingente à margem da cidadania. Só no Rio de Janeiro, por exemplo, são milhares de jovens que se reúnem nos fins de semana para se manifestar, do jeito deles, numa intensa excitação, nos bailes funk.

A preferência musical os faz conhecidos apenas como funkeiros. No entanto, eles possuem características que reforçam um perfil de geração: inconformismo, identidade grupal e uma visão particular de mundo em comparação com jovens da mesma faixa etária mas de classe social elevada.

Ao contrário da juventude dourada retratada com regularidade pela imprensa, parte dessa “outra” geração quase não tem

o que comemorar ou contar para os seus futuros netos, e, também, menos ainda a perder. O problema para o país é saber se vamos continuar temendo a periferia como filho bastardo. A força dessa juventude está no fato de ela ser real.

Ao contrário dos jovens do corpo dourado, que querem ser reconhecidos mas destacados pela diferença, “esses de cara naturalmente pintada de preto” querem sair da indiferença a que foram relegados. “A geração dos excluídos não quer ser um corpo estranho, quer ser tratada com naturalidade.” (VENTURA, 1993:124)

Rapidamente, a força mercadológica do *funk* foi capitalizada pela indústria da cultura. Os bailes funk passaram a ser frequentados por pessoas da classe média. Assim como a mídia descobriu a força do *funk*, no plano da indústria musical, já cultuado de longa data nos subúrbios cariocas, também o *rap* recebeu o interesse da indústria cultural. Acolhido cada vez mais pela juventude pobre, o *rap* tem atingido também as camadas de maior poder aquisitivo.

Mesmo assim, ainda predomina a indiferença ou o preconceito com relação a esses grupos. São acusados de radicais na linguagem de suas músicas. Quanto a tal acusação, o *rapper* KL Jay responde: “Radical é ver um *playboy* passeando de Audi e um neguinho sem dinheiro para pegar o ônibus.” Nota-se que esses jovens já não permanecem numa atitude conformista diante das desigualdades de renda, da carência de lazer de tantos e da ostentação de riqueza de alguns.

O contraste gritante que se evidencia no Brasil entre a riqueza e sua ostentação e a pobreza, lado a lado, suscita maior ressentimento. O menor infrator que rouba uma carteira para comprar um tênis ou comida pode sentir também a sensação de revanche ou de vingança por ter ludibriado um “bacana”, tê-lo feito passar por otário.

Quando parte dos consumidores potenciais fica horrorizada diante do que considera pobreza musical de certas músicas

funk, parece esquecer-se tanto do espaço social que a originou quanto da educação que está sendo dada a esses jovens produtores. Isso lembra a música da banda Legião Urbana sobre a “geração Coca-Cola” gestada por uma cultura despojada de atributos de qualidade e que irá “cuspir” todo o lixo comercial e industrial que lhe foi imposta ao longo dos anos. Aliás, certa vez, tendo sido perguntado ao cantor Ed Motta o que ele achava da música dos “manos” da periferia, ele respondeu mais ou menos assim:

“Não cobro muito dessa rapaziada que faz algo do jeito que dá, mas sim da de classe média. Eles têm todos os recursos necessários para um refinamento musical, mas acabam ouvindo e fazendo rockinhos primários.”

Alguns grupos de *rappers* têm por princípio oferecer uma alternativa para a grande maioria da garotada do subúrbio que, apesar de sonhar, não tem oportunidade efetiva de se tornar cantor de pagode ou esportista famoso. O *rapper* carioca MV Bill é categórico ao afirmar:

“A minha luta mostra uma saída, mas eu não quero que [os meninos] achem que o favelado preto só pode sair da merda pela arte ou virando jogador de futebol. Eles têm de entender que é possível lutar pelo estudo. Que vencer é estudar, fazer uma faculdade, mudar para Zona Sul, ter carro e uma casa. Eles têm de conseguir ocupar o espaço que agora é só do playboy.” (DIONÍSIO, 1999)

A disparidade de renda, o abandono a que foram relegados, causam ressentimentos que podem ser evidenciados nas letras de música desses *rappers*. O abandono em que eles se encontram é visível, desde o espaço social em que vivem até aqueles para os quais se dirigem. Desse ponto de vista, as escolas são exemplares: precárias como os seus alunos, elas pa-

recem cristalizar a promessa de melhoria que conduz à reafirmação da miserabilidade.

3. O desafio educacional

A resistência ao estudo, freqüente entre parte dos jovens pobres, muitas vezes se dá porque a passagem pelos bancos escolares aparentemente trouxe pouca mudança em suas vidas. Quando se analisam os resultados do processo de escolarização, evidencia-se que eles desmentem a ilusão e o desejo de ascensão social das classes menos favorecidas. Diante disso, torna-se compreensível que a classe média ou a classe alta manifestem seu apego aos valores escolares: para elas, a escola lhes dá objetivamente condições de satisfazer expectativas, mesmo que parcialmente.

Nesse sentido, a referência à reportagem da revista *Veja* com que abrimos esta discussão precisa ser nuançada. Se a geração atual ali é apresentada como a mais bem informada dos últimos tempos, é bom confrontar esses dados com a precariedade da vida de um jovem da periferia da zona sul de São Paulo. O monitor de aulas de dança de salão, Rogério Nascimento Campos, assim se refere a um desses bairros:

“O Capão Redondo tem mais de 230 mil habitantes, é maior do que várias capitais de países do mundo e não tem nenhum clube poliesportivo, nenhum teatro, nenhum cinema e nenhum fórum. Para ter acesso a essas coisas, é preciso se deslocar dez quilômetros para chegar a Santo Amaro ou trinta para chegar ao Centro.” (WERNECK, 2001)

A herança cultural exerce importante papel na geração das desigualdades sociais também no campo educacional. Assim, o grau de aspiração de estudo para o jovem é influenciado pela

imagem social que a família tem da escola. Na maioria das vezes, a visão de mundo da escola conflita com a vida cotidiana do aluno carente.

Para aqueles que têm de buscar uma ocupação como fonte de renda, surge a dúvida: permanecer na escola ou sair dela? Os riscos e benefícios dessa tomada de decisão são observados pela história de vida dos colegas ou dos vizinhos mais velhos. Para muitos jovens, a escola e o saber por ela difundido chegam a ter pouco valor em si, e a situação se agrava para as novas gerações, “que vão se dando conta do fraco impacto da escolaridade na vida da geração anterior.” (GOMES, 1997:56)

No quadro histórico atual, rapazes e moças têm de escolher seu futuro muito cedo: uma jovem tem que optar entre vida doméstica, emprego ou escola. Nesse caso, a escola é a primeira a ser deixada de lado. O fenômeno persiste em diversos países.

A educadora Jerusa Vieira Gomes aponta a ocorrência do problema no Brasil. Depois da conquista da escola, “após árduos e intensos movimentos protagonizados pelos habitantes de um bairro, seguem-se, por uma série de motivos, o desencanto, o descrédito e, finalmente, a *recusa* à escola.” (GOMES, 1997:58) Essa recusa pode ser temporária ou definitiva.

Além das poucas perspectivas de mudança que a escola parece representar para os jovens mais pobres, a vida escolar não faz parte do cotidiano “familiar”, nem ocupa lugar central nas suas preocupações, que se restringem apenas à necessidade de saber ler e escrever, tarefa exercida pela escola. Muitos jovens não vêem por que prolongar sua estadia na escola, uma vez que, para eles, “todos os empregos são iguais.” No entanto, essa crença só se manteve relativamente válida enquanto havia certa facilidade de encontrar trabalho manual que exigia pouca ou nenhuma escolaridade.

Mas até hoje é comum encontrar jovens pobres da periferia que logo se afastam da escola com a justificativa de procurar emprego. Além de abandonarem prematuramente os estu-

dos, e de quase sempre não arranjam ocupação dada a dificuldade do mercado, acabam não retornando aos bancos escolares. Com isso, passam horas prostrados diante da TV ou perambulam pelas ruas e bares dos bairros.

Esse segmento social despossuído enfrenta problemas múltiplos, como desemprego, abandono de escolas, mesmo que precárias, uso de drogas, enfraquecimento dos movimentos sociais nos bairros, ausência de políticas do Estado, vazio e tédio provocados pela falta de espaço para o lazer. A violência policial convive com a violência no lar e entre as quadrilhas. Sem formação profissional adequada, os empregos reservados a eles são sem qualificação e com baixa remuneração.

Segundo a antropóloga Alba Zaluar, muitos jovens da periferia, a partir da observação da vida de seus pais ou de suas próprias experiências, criam uma imagem depreciativa do trabalho, considerado como uma situação de semi-escravidão. “Tentam escapar da marca de ‘otário’ — alguém a quem falta esperteza, alguém que se submete ao trabalho por salário baixo e alguém que não se veste nem consome como os ricos.” (ZALUAR, 1996:48) Rejeitam o modo de vida dos pais e dos avós e ficam tentados com a idéia de levar uma vida que, mesmo breve, seja intensa e cheia de gratificações. Dão muita importância à roupa, ao baile e, muitas vezes, às brigas entre gangues. Durante as pesquisas que resultaram no livro *Cidade Partida*, o jornalista Zuenir Ventura sentiu-se perplexo diante da diferença de destino de três jovens que conheceu na favela de Vigário Geral, subúrbio do Rio de Janeiro: “Não se sabe o que impede esses rapazes sem emprego e sem renda de caírem no tráfico. Em matéria de juventude pobre, até a pergunta está errada.” Não é tanto “por que tantos jovens estão no tráfico?”, mas “por que tantos ainda não estão?” Por que uns e não outros? Afinal,

“estavam ali três jovens praticamente da mesma idade, amigos de infância, e três trajetórias de vida bem

distintas. O que levou Djalma a ser otário [operário], seu irmão a ser bandido, e seu amigo Caio a ser sociólogo? O social não era suficiente para explicar aquelas vocações.” (VENTURA, 1994:107)

Jovens arruaceiros julgam que mais importante do que as aulas é o convívio com os colegas, para aproveitar o tempo de menor responsabilidade que lhes resta e para viver momentos de prazer e diversão. Se a vida adulta de seus pais e parentes próximos é percebida como sofrida e com poucas gratificações, tentam escapar dessa situação enquanto são jovens sem compromissos firmados. A “vida de solteiro” é sua justificativa e sua defesa.

Isso nos permite entender o quanto o lazer é, também, uma das aspirações e uma exigência das mais relevantes dos jovens dos segmentos sociais menos favorecidos. Também permite compreender que os estudantes avaliam de maneira realista a relação escola/trabalho. Eles se dão conta de que a escola que freqüentam “não lhes permitirá ir muito além de onde já estão.” O capital cultural das escolas investe bem mais no êxito dos filhos das camadas mais ricas da sociedade.

Muitas vezes, a escola pública a que os jovens da periferia têm acesso é tão ruim, precária e desatualizada que eles percebem estar marcando passo. Contribuem para isso as condições infra-estruturais do bairro: o abandono físico da escola, a formação em seus arredores de pontos de encontro de desocupados em busca de informação “do que rola no pedaço”. Há ainda casos de estudantes portando armas, bombas e rojões, o que, aliás, tem causado vítimas com freqüência. Sobre o impacto causado nos pais acerca desse tipo de violência ocorrido em ocasiões anteriores, no interior das escolas e em seus arredores, Madeira observa:

“Nos casos do crime nas escolas, os impactos foram bem mais graves, aprofundando o pânico e a angús-

tia já bastante presente na sociedade. A sensação que envolvia o imaginário das famílias é que qualquer criança ou adolescente, a qualquer momento, poderia tornar-se vítima da ação criminosa de outra criança ou adolescente. Na verdade, tanto este sentimento angustiante e a insegurança dele decorrente, quanto a forte reação de indignação da sociedade, são compreensíveis, já que um dos poucos momentos de tranqüilidade para os pais sempre foi aquele em que seus filhos atravessavam a porta das escolas onde estariam protegidos e seguros.” (MADEIRA, 1999:49)

Assim, a situação agravada nos últimos anos permite constatar que, apesar da lucidez desses jovens de que há reprodução das desigualdades, não há saída para eles: com suas atitudes contra-escolares, podem se tornar mais conformistas do que seus colegas que estudaram com afinco, confiando na recompensa futura.

4. Desafios culturais a serem enfrentados

Uma das vertentes dos estudos educacionais aponta para a questão cultural e os obstáculos para remover a disparidade de oportunidades e de valorização. Constatando que há diferentes culturas — no limite, uma cultura de elite e outra, dita popular — costuma-se valorizar muito mais a cultura dita “superior”, de elite, por ela oferecer bons empregos, bons salários, status, vida confortável. O pobre, dotado de cultura “popular”, que almeja ascender à cultura “superior”, enfrentará muitas dificuldades.

No interior da própria escola, há mecanismos que transformam as desigualdades sociais em desigualdades escolares, como apontam os educadores franceses Pierre Bourdieu e Jean-

Claude Passeron, no livro *Os herdeiros*. A ilusão do “mérito pessoal”, do “dom”, ou seja, da aptidão de determinado aluno para o estudo, é por eles desmitificada: o que é apresentado como “natural” em algumas pessoas de fato é herança cultural de classe social.

Os estudantes economicamente privilegiados em geral herdam, também, do meio de origem, saberes, ações, gostos e bom gosto, que resultam indiretamente em bom rendimento escolar. Não há dúvida de que, de forma indireta, o privilégio cultural (das classes média e alta) influencia o sucesso acadêmico.

Assim, além das desigualdades econômicas que acarretam a discriminação escolar, também o sistema educativo contribui, sem querer, para assegurar a perpetuação do privilégio. As crianças das camadas populares já chegam à escola portando desigualdades, e a chamada “igualdade de oportunidades” raramente consegue promover, na prática, a superação das desvantagens dos filhos das classes trabalhadoras.

O resultado é a flagrante desigualdade real das oportunidades. Basta verificar algumas pesquisas: enquanto é quase nula a possibilidade de filhos de assalariados do campo entrarem na universidade, filhos de industriais e filhos de profissionais liberais têm chances efetivas e numericamente significativas. Assim, na realidade, o sistema escolar promove a exclusão que é tanto maior quanto mais se caminha em direção às classes menos favorecidas. Mantém-se, assim a divisão de classes e de oportunidades. Na universidade, cristaliza-se o resultado de uma seleção que, ao longo de todo o percurso da vida escolar, se exerce com rigor muito desigual, de acordo com a origem social dos alunos. A entrada nos mais concorridos cursos das universidades (no nosso caso, públicas e gratuitas), futuro quase impossível para as classes desfavorecidas, é normal e corriqueira para os filhos de famílias abastadas.

Mas se considerarmos que é possível — ainda que em raros casos, superar o obstáculo econômico, o aluno pobre enfrenta ainda a barreira cultural. De todo modo, entre os vários fatores de influência, a origem social é, certamente, aquela que mais fortemente se faz sentir no meio escolar.

Além dessas formas, há outras que, menos visíveis e quantificáveis, igualmente revelam a desigualdade reproduzida na escola. A linguagem, por exemplo, evidencia isso, trazendo vantagens para alguns que desde a infância cultuam a fala refinada. Como o êxito escolar depende também da aptidão para se expressar na linguagem em norma culta, aqueles que a detêm já desde o ambiente familiar a dominam com facilidade; já para os filhos de agricultores, de operários, de empregados ou de pequenos comerciantes, a aquisição da cultura escolar chega a ser uma “aculturação”. O mesmo se pode dizer da familiaridade com as artes: quem frequenta regularmente teatros, museus ou concertos não depende de conhecê-los apenas na eventualidade de esporádicos eventos promovidos pela escola.

Assim, em qualquer domínio valorizado pela escola — linguagem culta, teatro, música, pintura ou cinema —, segundo a afirmação de Bourdieu e Passeron, “os estudantes têm conhecimentos tanto mais ricos e vastos quanto mais elevada for a sua origem social.” (BOURDIEU e PASSERON, 1981:89) A cultura escolar é, assim, parte de uma cultura que necessita ser complementada além dos muros escolares. Mais que isso: a escola a pressupõe. É talvez nos meios mais “cultivados” que mais desnecessário se torna pregar a devoção à cultura.

Para as pessoas originárias das camadas mais pobres, porém, a escola continua a ser a única via de acesso à cultura letrada. E se a escola teria a missão de ser a via real da democratização da cultura, em sua prática, que pressupõe a valorização da cultura de elite, ela consagra a desigualdade, ignorando que as crianças chegam a ela em situações culturais desiguais e diferenciadas.

Os poucos jovens pobres que conseguem completar o percurso acabam por renunciar à cultura herdada da família, com raras exceções. Os saberes que eles devem conquistar para sua ascensão, altamente valorizados pela sociedade global, excluem seus próprios conhecimentos de origem — em vez de partir deles para transformá-los.

Assim, enquanto a escola realiza, mesmo que parcialmente, a promessa de satisfazer as expectativas dos jovens das classes médias e alta, já nos setores de baixa renda, até há pouco tempo, só com uma série de êxitos contínuos e com freqüentes conselhos dos professores é que se criavam estímulos para que uma criança pobre prosseguisse seus estudos. Para isso ela necessitava ultrapassar individual e penosamente suas “desvantagens” culturais.

Ao analisar dessa maneira a escola, não estamos afirmando que o patrimônio cultural favorece automaticamente, nem da mesma forma, todos aqueles que o recebem. Mas é inegável que se processa, ao longo do percurso da vida, uma “seleção” a partir da origem social. Tudo se agrava hoje, quando, por mais que os pais de origem humilde digam que querem um futuro melhor para os filhos pela via educacional, mais descrentes estão da possibilidade efetiva de que se cumpra a promessa do sucesso e da ascensão social.

O fato de filhos das camadas populares quase não chegarem à universidade não se explica por sua incompetência ou por falta do “dom”. Eles até tentam, mas as causas dos fracassos e reprovações devem ser procurados nos mecanismos sutis da escola e do meio social.

O mal-estar experimentado na escola pelas crianças das famílias menos favorecidas pode resultar numa sensação de fracasso e numa atitude de recusa à instituição. Diariamente, as experiências e os conhecimentos adquiridos fora da escola por crianças das classes média e alta as enriquecem; já os dos alunos que trabalham desde pequenos não são levados em conta

pela escola. Isso não quer dizer que a cultura deles seja inferior; trata-se de uma cultura diferente. O problema está no fato de uns terem livre acesso a certos bens culturais, enquanto outros são deles excluídos.

Na atualidade, reabrem-se as discussões sobre a criação de cotas nas universidades públicas para alunos (não só negros) oriundos do ensino público. A proposta, de complexa implementação, gera discussões acaloradas e envolve diferentes enfoques; tem, porém, o mérito de colocar a questão educacional na ordem do dia.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, Helena. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta, 1994.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean-Claude. Os herdeiros. In: MÓNICA, Maria Filomena (Org.). *Escola e classes sociais*. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.
- DIONÍSIO, Rodrigo. Traficando informação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Ilustrada, p. 4-5, 28 set. 1999.
- ECHOLS, Alice. *Janis Joplin: Uma vida. Uma época*. São Paulo: Global, 2000.
- GOMES, Jerusa Vieira. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, mai./dez. 1997.
- MADEIRA, Felícia Reicher. Violência nas escolas: quando a vítima é o processo pedagógico. *Perspectiva*, vol. 13, n. 4, out./dez. 1999.
- MARSHALL, George. *Espírito de 69: A bíblia do skinhead*. São Paulo: Trama Editorial, 1993.
- SÁNCHEZ-JANKOWSKI, Martín. As gangues e a imprensa: a produção de um mito nacional. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, mai./dez. 1997.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. A sucessão. *Veja*, São Paulo: Abril, abr. 1993. (Edição especial: 25 anos.)

VIANNA, Hermano (Org.). *Galeras cariocas*. Territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WERNECK, Guilherme. Agora é seu direito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Caderno Folhateen, p. 6, 01 out 2001.

ZALUAR, Alba. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (Org.). *Galeras cariocas*. Territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

Resumo

Este ensaio tem como objetivo chamar a atenção para o tratamento dado pela imprensa à juventude brasileira. Põe em questão os antagonismos existentes entre jovens de classes sociais diferentes, suas diferentes visões de mundo, bem como a dificuldade do sistema educacional saber tratar das diferenças culturais determinadas pelas origens culturais e a partir delas transformar-se.

Pedagogia do medo: adolescentes em conflito com a lei e as propostas de redução da idade penal

KARYNA B. SPOSATO

1. Um breve histórico das políticas de atenção à infância e juventude

Toda a história brasileira de organização e funcionamento do sistema de Justiça e de atendimento a adolescentes “infratores” é perpassada por avanços e retrocessos acerca da melhor e mais adequada forma de responder à prática de crimes, questão esta intrinsecamente relacionada com a definição de maturidade, discernimento e, conseqüentemente, de responsabilidade penal.

De modo geral, a organização do sistema de Justiça e atendimento a adolescentes em conflito com a lei demonstra a construção de um *aparato médico-jurídico-assistencial*, cujas funções dividiram-se, ao longo da história, em *prevenção* (vigiar a criança), *educação* (adequar a criança ao trabalho), *recuperação* (reabilitar a criança criminosa) e *repressão* (conter crianças e adolescentes delinqüentes). Essas funções revelam a opção do Estado pelo controle e dominação, que reiteradamente foram exercidos sobre as classes populares. No caso específico, aos filhos das classes populares.

O início dessa história tem como ponto de partida as crianças e os adolescentes que viviam nas ruas, e também aqueles

abandonados por suas famílias no período da industrialização brasileira e consolidação dos modelos de produção capitalista.

Na época da recém-instaurada República brasileira, crianças e adolescentes pobres começaram a ser identificados como pequenos bandidos, autores dos delitos tipificados como vadiagem, mendicância, prostituição, furtos e roubos.

É interessante observar que as primeiras estatísticas policiais produzidas no período de 1904 e 1906 já contavam com a presença de crianças e adolescentes: 20% eram autores de vadiagem, 17% de embriaguez, 16% de furto ou roubo. A natureza, porém, dos atos praticados por crianças e adolescentes sempre foi significativamente distinta: os adultos eram responsáveis por 93,1% dos homicídios, para 6,9% praticados por menores de 18 anos.

A situação em um século parece não ter sofrido alterações substantivas. Embora tenhamos vivido um processo de aprofundamento das desigualdades sociais e o padrão da criminalidade violenta também tenha se modificado, dados recentes demonstram que, pelo menos no que diz respeito ao crime de homicídio, nada mudou: em todo o país, 90% dos homicídios hoje são praticados por adultos.

Ainda com referência à perspectiva histórica de intervenção estatal face à criminalidade entre crianças e jovens, vale considerar que foi na década de 1920 que a primeira legislação e o primeiro juizado “para menores” foram criados.

O Código Penal Republicano de 1890 já havia inaugurado o conceito de menoridade, porém sua definição jurídica surge com a categoria “menor” a partir, justamente, do Código de Menores de 1927, para designar as crianças e adolescentes abandonados, pervertidos ou *em perigo de o ser*. A mentalidade dominante entendia que o “abandono moral e material constituía-se em um passo para a criminalidade.”

O termo “menor” é, então, paulatinamente popularizado e incorporado na linguagem comum, e a imputabilidade penal

é fixada em 14 anos até a entrada em vigor do Código Penal de 1940, que estabeleceu a inimputabilidade penal para os menores de 18 anos, ou seja, que os adolescentes abaixo dos 18 anos de idade não seriam punidos da mesma forma que adultos quando da prática de infrações penais.

Os dois Códigos de Menores, respectivamente de 1927 e de 1979, não trouxeram grandes inovações. A situação de perigo passou a ser concebida através de uma “doutrina da situação irregular”, que permitiu detenções arbitrárias e sumárias de inúmeras crianças e adolescentes, e concedeu o mesmo tratamento para crianças e adolescentes órfãos, abandonados e infratores. Mais do que isso, permitiu a privação de liberdade de crianças e adolescentes em franca promiscuidade com presos adultos.

É na década de 1960 que surgem as instituições para Recolhimento Provisório de Menores (RPM), precursoras das Unidades de Triagem e Atendimento Provisório (UAPs) da FEBEM/SP, que em 2000 passaram a ser denominadas de Unidades de Internação Provisória (UIPs).

A FUNABEM surge como instrumento político e de propaganda da ditadura militar. Inaugurada no dia 1º de dezembro de 1964, com a atribuição de coordenar uma Política Nacional de Bem-Estar do Menor, inicia e consolida o que se convencionou chamar de “*conhecimento biopsicossocial*”. Como parte das políticas militares, a FUNABEM foi incorporada como Objetivo Nacional, constando do manual da Escola Superior de Guerra.

As ramificações estaduais e municipais deram origem às FEBENS, e é assim que em 1976 é criada a FEBEM/SP, vinculada à FUNABEM.

Ressalte-se que o aparato posto em funcionamento pela FUNABEM/FEBEM funcionou em perfeita sintonia com a Lei de Segurança Nacional e utilizou-se das esferas médica, jurí-

dica e pedagógica para exercer suas funções. Aos médicos restou a tarefa de identificar patologias, aos juristas a busca de mecanismos legais de contenção, e aos pedagogos a definição de desajuste ou desvio de conduta. Todos instrumentos estruturados para conferir legitimidade a um veredicto de periculosidade e punição previamente concebido.

Importa, pois, reconhecer que a consagração da Política Nacional de Bem-estar do Menor se dá com o Código de 1979 e a construção de centros especializados para “menores”, que paulatinamente se constituem em escolas do crime em grandes pavilhões onde impera a lógica constante do controle e da vigilância como “método de funcionamento”.

Mais do que isso, o discurso político sobre o tema na época se traduz na responsabilização do grupo familiar, da religião, hereditariedade e de padrões de comportamento pelo envolvimento de crianças e adolescentes com a criminalidade, afastando-se da análise quaisquer considerações sobre o contexto sócio-econômico e político brasileiro.

A acumulação do capital, a concentração do poder, a associação do capital privado e estrangeiro e o declínio do poder aquisitivo do salário mínimo são questões que passam à margem da discussão sobre a “delinqüência infanto-juvenil”, embora a CPI do Menor em 1975 apontasse que 25 milhões de crianças viviam em situação de pobreza absoluta.

Por outro lado, crianças e adolescentes abandonados e desassistidos já eram havia muito tempo identificados como infratores em potencial. Para Maria Cândida Santarcangelo, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em obra publicada em 1966, “o menor abandonado ou desassistido era um pré-delinquencial, um marginal embrionário. E a população carcerária em sua maioria era constituída de ex-menores abandonados.”

Essa percepção parece vigorar até nossos dias. Muitos são os estudos que procuram relacionar a institucionalização¹ na infância e adolescência com uma trajetória de vida na criminalidade que culmina na prisão quando adulto. Importaria, no entanto, ultrapassar a mera constatação e dar um salto qualitativo na investigação das causas que favorecem essa trajetória e identificação criminosa nas classes populares.

Vale dizer, ainda, que a privação de liberdade, embora considerada um mal em si mesmo, era apresentada como o único “remédio eficaz” para conter os “pequenos monstros” que, sob o manto da menoridade, tornavam-se cada vez mais indiferentes à lei e, por isso, mais perigosos, viciosos, iniciados no crime.

Se, de um lado, a menoridade estava resguardada da aplicação da lei penal, de outro, sua situação como objeto de estudo e intervenção favoreceu o exercício do poder e do arbítrio sob o nome de *tutela*.

As notícias já não deixavam de apontar as práticas de tortura, espancamentos, violência e franca repressão aos adolescentes privados de liberdade. O discurso da piedade assistencial escamoteava o exercício do controle social sobre grande contingente de jovens.

2. A democratização e o Estatuto da Criança e do Adolescente

A partir de 1985, tem início uma ampla mobilização nacional que reúne 250 mil assinaturas por uma emenda na Constituição. Seu resultado é a introdução dos princípios básicos de proteção e garantia de direitos da criança e do adolescente no texto constitucional de 1988. Tal introdução correspondia ao

1. Termo que caracteriza a experiência de jovens e crianças internados em instituições públicas de abrigo ou contenção, durante parte de sua infância e juventude.

consenso na comunidade internacional acerca da necessidade de políticas especiais para a infância e adolescência e ao que posteriormente se constituiu nos princípios inaugurados pela Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.²

O tratamento repressivo a condutas anti-sociais ou ilícitas, com a promulgação da Constituição democrática, passou a ser norteado pelo artigo 228 da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer aos menores de 18 anos a sujeição à legislação especial, ou seja, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O dispositivo constitucional veio respaldar o artigo 27 do Código Penal, que adota a presunção absoluta de inimputabilidade aos menores de 18 anos. Significa que não são passíveis de receber uma sanção penal, e sim uma medida sócio-educativa conforme dispõe hoje o Estatuto da Criança e do Adolescente.

É, portanto, relevante considerar que a lei 8.069 de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, teve como antecedente a Campanha Criança e Constituinte, que, a partir da mobilização nacional de diversas entidades da sociedade civil, defendeu uma mudança de paradigma para o estabelecimento das políticas de proteção e atenção às crianças e adolescentes, incluindo neste caso também os infratores a quem se atribuisse a autoria de infrações penais.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 é pioneira no estabelecimento da questão da infância e juventude como prioridade absoluta no ordenamento jurídico brasileiro. Afina-se ao movimento internacional de reconhecimento das crian-

2. A Convenção Internacional da Criança é o tratado de maior aceitação por toda comunidade internacional, tendo sido ratificado por 191 países, exceto Estados Unidos e Somália. Foi ratificada pelo decreto 99.710/90 pelo Estado brasileiro, constituindo-se um princípio em vigor no nosso sistema jurídico, através do artigo 5º, parágrafo 2º da Constituição da República.

ças e adolescentes como sujeitos de direitos e titulares de proteção integral, inaugurado concretamente pela Convenção Internacional das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Decorre, portanto, que ao se romper com a doutrina da situação irregular, revogou-se implicitamente o Código de Menores, evidenciando a necessidade de um texto infra-constitucional consoante a normativa internacional e os avanços atingidos pela Carta Magna.

Dois anos depois, o Estatuto da Criança e do Adolescente instrumentaliza a doutrina da proteção integral e sintetiza o pensamento do legislador constituinte a partir de garantias substanciais e processuais destinadas a assegurar os direitos consagrados.

É inegável, deste modo, a relação intrincada entre a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Contemporâneos ao consenso na comunidade das nações³ acerca da necessária proteção especial às crianças e adolescentes, ambos caracterizam-se pelo forte teor programático de suas disposições.

O artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente é bastante elucidativo nesse sentido:

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais da pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

3. Segundo informações oficiais de Semenkov (URSS), Manchester (Reino Unido) e Chen Jiang Guo (República Popular da China) durante o XIII Congresso da Asociación Internacional de Magistrados de la Juventud y de la Familia, realizado em Turim (Itália) no período de 16 a 21/9/90, “no mundo todo, sem exceção, estão-se efetivando investigações com a finalidade de melhorar e renovar os métodos de assistência.”

Há, assim, uma ruptura bastante sensível com o antigo direito, ou ainda, com a percepção da criança e do adolescente como objetos da intervenção do Estado. A situação irregular que anteriormente era atribuída às crianças e adolescentes passa a recair sobre a família, o Estado e a sociedade.

Isso justifica a menção, já no início do texto estatutário, à *proteção integral*: princípio que deve nortear toda a interpretação da lei. Mais do que isso, porém, a própria lei não esgota sua operacionalização, que deve ser atingida através de políticas públicas e ações efetivas da sociedade, daí a expressão “outros meios”.

É o que se vê reforçado pelo artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que compromete a família, a sociedade, a comunidade e o Poder Público a

“assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes.”

3. O conceito de inimputabilidade penal e o princípio da proteção integral

A partir da democratização brasileira e da entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente, o modelo de intervenção estatal diante da prática de infrações penais por adolescentes (dos 12 anos completos aos 18 anos) está assentado sobre dois conceitos jurídicos: o da inimputabilidade e o da proteção integral.

O instituto da inimputabilidade, reforçado pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 228 e previsto no Código

Penal Brasileiro desde 1940, conforme o artigo 27, isenta de pena os agentes com desenvolvimento incompleto, sujeitando-os a legislação especial.

A não-incidência do direito penal para os adolescentes é resultado de uma interpretação moderna que conjuga o critério biológico e os critérios de política criminal. A prevenção especial da sanção é atingida através de um conjunto de atividades e serviços que se traduzem no caráter pedagógico das medidas previstas, enquanto que a prevenção geral se obtém através do sentido coercitivo que se apresenta na aplicação de todas as medidas, uma vez que decorrem de um procedimento judicial.

Assim sendo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, vigente há 11 anos, opera a aplicação das respostas estatais diante da violação à lei por parte de adolescentes. Sua interpretação deve valorizar e garantir o princípio da proteção integral, que aparece na forma de condição peculiar de desenvolvimento, conforme artigo 6º da lei:

“Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se destina, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.”

Está, portanto, subentendido que, estando o jovem em desenvolvimento de sua personalidade, a resposta do Estado deve cercar-se de mecanismos inclusivos do ponto de vista social e jurídico, que promovam a alteração das condições econômicas e sociais de cada adolescente, permitindo que o crime deixe de representar a única alternativa, ou pelo menos, a mais atraente.

Ocorre que o atual estágio de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente, especialmente de adequação institucional por parte de entidades ou instituições que executam os programas sócio-educativos, é demasiado incipiente,

dando margem a experiências mal sucedidas na tarefa de coibir a prática de infrações pelos adolescentes.

Embora do ponto de vista legal e jurídico a proteção integral constitua uma mudança de paradigma e abordagem da questão, as instituições encarregadas da execução das medidas previstas permaneceram em grande parte nos moldes de instituições totais, ainda sob a égide dos modelos “FUNABEM” e “FEBEM”.

Diante dessa falta de adequação por parte das instituições encarregadas de aplicar a legislação, a lei tem sido responsabilizada por um suposto aumento da prática de crimes por adolescentes e pelo favorecimento da impunidade.

Podemos perceber que ainda existe no imaginário popular a concepção de que a “menoridade”, ou ainda, como hoje denominamos, “a inimputabilidade” dos adolescentes, é causa para o aumento da violência.

A grande distorção está na confusão entre impunidade e inimputabilidade, e também entre penalização e responsabilização. O sistema atual de aplicação de medidas sócio-educativas conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, funda-se na inimputabilidade e na responsabilização. Significa dizer que, embora os adolescentes “criminosos” não sejam alvo de uma pena criminal, são responsabilizados mediante a aplicação de medidas, chamadas sócio-educativas⁴ que possuem um duplo sentido: o sancionador e o socializador.

A sócio-educação como finalidade e razão de ser das medidas legais previstas a adolescentes infratores tem por escopo corrigir algo que a própria história da Justiça da infância e adolescência comprovou: os adolescentes envolvidos com a crimina-

4. Essas medidas são denominadas sócio-educativas e são elencadas taxativamente no artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente : advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer das medidas protetivas previstas no artigo 101, I a VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

lidade são, em sua esmagadora maioria, pessoas que desde a infância estiveram excluídas das políticas sociais básicas.

Talvez seja justamente essa exclusão social e jurídica a principal causa para o envolvimento com o crime, e não fatores pessoais e comportamentais dos jovens, como se procurou afirmar também historicamente através da medicina, psiquiatria e pedagogia.

Os aspectos sócio-econômicos parecem ser reforçados quando analisamos o perfil dos adolescentes que se envolvem com a prática de infrações penais nos dias atuais.

Uma pesquisa realizada pelo ILANUD, intitulada “Adolescentes suspeitos e/ou acusados da autoria de atos infracionais na cidade de São Paulo”, analisou 2100 casos de adolescentes apreendidos pela polícia, no período de junho de 2000 a abril de 2001. De acordo com os resultados obtidos, a maior parcela dos jovens encaminhados para Unidade de Atendimento Inicial da FEBEM/SP (unidade de recepção na fase de conhecimento do processo sócio-educativo) foi acusada de crimes contra o patrimônio: roubo (31,2%) e furto (14,7%) são as modalidades mais frequentes nesta categoria, perfazendo um total de 45,8% das acusações ou representações. No que tange aos crimes contra a vida, estes representam 10,4% do total de crimes que ensejaram a acusação, sendo 6,9% de lesão corporal, 2,1% de ameaça e 1,4% de homicídios.

A maioria dos jovens encontrava-se na faixa etária de 15 a 17 anos de idade. A faixa modal é a de 17 anos, onde se concentravam mais de um terço dos adolescentes (33%). Esta faixa de concentração é a mesma que se verifica dentre os adolescentes já em cumprimento de medidas sócio-educativas. Na FEBEM/SP, dados de março de 1999 demonstravam 34,2% dos adolescentes em internação e internação provisória com 17 anos, e a faixa de 15 a 17 anos representava 69% do total de jovens privados de liberdade.

A maior parte dos adolescentes apreendidos pela polícia no período mencionado reside em bairros pobres e periféricos da capital, como Itaquera, Guaianazes, Sapopemba, Santo Amaro e Vila Nova Cachoeirinha. A zona leste apareceu em 1º lugar como região de origem dos jovens, com 34,1% das ocorrências, e a zona sul ficou em 2º, com 30,4%, segundo nossas entrevistas.

O mesmo levantamento de 1997, realizado pelo ILANUD na Costa Rica, demonstrou que a maioria dos adolescentes de sexo masculino privados de liberdade no país é oriunda de famílias de baixa renda, 63% das quais com renda fixa mensal inferior a um salário mínimo. Em se tratando das meninas, a situação não é muito diferente, 48,5% delas estão nessa mesma faixa de renda familiar.

Dentre os apreendidos e não-liberados, a pesquisa mencionada constatou, a partir das informações prestadas pelos próprios adolescentes, uma organização bastante diferenciada do núcleo familiar. Dentre os jovens entrevistados, 1/3 conheciam seus pais, e 11% não tinham convivência com as mães. Com relação aos apreendidos, de um modo geral metade deles não estava freqüentando a escola (50,7%) ou trabalhando (47,9%) no momento da entrevista.

Fica evidente, portanto, que a suspeita, ou mesmo a prática, de atos infracionais por esses jovens revela muitas vezes a exclusão social e a marginalização a que são submetidos, impedindo conseqüentemente a realização plena de seus direitos, antes mesmo do cometimento de uma infração penal.

É o que se constata e confirma através dos dados nacionais e estaduais sobre escolaridade dos adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas. Em 1997, apenas 3,96% dos adolescentes cumprindo sentenças judiciais no Brasil haviam concluído o ensino fundamental, e no estado de São Paulo, na FEBEM/SP, 91% dos jovens não havia terminado o primeiro grau.

Essa questão também foi abordada no Relatório do UNICEF, *Situação da infância no mundo*, que demonstrou a existência de 1,9 milhões de jovens entre 15 a 24 anos analfabetos no Brasil.

O censo de 1998 do IBGE apontou que a média nacional de analfabetismo era de 14%, sendo esta a mesma entre os jovens de 15 a 17 anos.

A baixa escolaridade, assim como as dificuldades de inserção no mercado de trabalho para os jovens, têm correspondência no perfil etário da população carcerária do país. Um terço dos presos está na faixa etária dos 18 aos 25 anos, a formação desses presos é idêntica a dos jovens brasileiros de 15 a 19 anos: 82% têm menos de oito anos de estudo, segundo o censo Penitenciário do Estado de São Paulo de 1996 e a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios do IBGE) de 1995.

A falência da instituição escola como espaço de socialização e construção da cidadania, portanto, não pode passar à margem de uma análise sobre a prática de infrações penais por adolescentes. Incapaz de responder às demandas atuais da juventude, a escola muitas vezes se transforma em mais um mecanismo de controle e repressão, pois as dificuldades em abordar problemas disciplinares dentro da proposta pedagógica comumente conduzem a práticas repressivas e estigmatizantes dos adolescentes, que são rotulados como “problemas” dentro da escola.

O artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente menciona não só o direito de acesso à educação, como também à permanência na escola. A segregação pedagógica nesse sentido pode ser concebida como um dos fatores decisivos para o ingresso de adolescentes na criminalidade.

Embora os dados colhidos entre os adolescentes apreendidos no período de junho de 2000 a abril de 2001 apontem tam-

bém que metade deles não estava trabalhando na data da entrevista, e portanto na data de apreensão, sabe-se que grande parte desses jovens desenvolve atividades no mercado informal de trabalho, “bicos” ou ainda atividades esporádicas.

Entre os que afirmaram estar trabalhando, houve justamente uma predominância nítida dessas profissões e ocupações informais, como cobradores de lotação (13,6%), ajudantes gerais (10,1%), ajudantes de pedreiro (9,8%), vendedores (8,4%), feirantes (5,3), office-boys (4,7%) e outras do mesmo tipo. A maioria absoluta dos que não estavam trabalhando (92,1%) declarou já ter trabalhado alguma vez, quase sempre em ocupações como as descritas acima.

Sendo assim, também a profissionalização é um direito do adolescente acima dos 14 anos que não tem sido respeitado. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza formação técnico-profissional aos adolescentes, o que significa estudos de caráter técnico e a aquisição de conhecimentos e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões, como parte integrante do sistema geral de educação.

Tal formação técnico-profissional seria ingrediente indispensável para a superação da marginalidade e exclusão social de muitos jovens. Diferencia-se radicalmente da mera instrução para o trabalho e da exploração do trabalho infanto-juvenil.

De acordo com os dados mais recentes divulgados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 20 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos trabalham em condições de risco e exploração na América Latina.

Por fim, uma análise dos boletins de ocorrência que fundamentaram as apreensões pela polícia também indica que a natureza dos atos infracionais, majoritariamente contra o patrimônio, são de baixa ou média gravidade. Nos casos de roubos e furtos, o tipo e o valor dos objetos subtraídos, bem como a arma utilizada no caso dos roubos, denotam baixa gravidade e até mesmo que a prática de crimes para muitos ado-

lescentes é episódica. É interessante notarmos que frequentemente estão envolvidos valores irrisórios nos furtos e roubos perpetrados por jovens, mas que acabam sendo considerados de maior gravidade pelo uso de arma de fogo. Em 91,3% dos casos analisados, os valores envolvidos nos furtos e roubos foram inferiores a R\$ 1726,00 (um mil, setecentos e vinte e seis reais), que é aproximadamente o custo de internação mensal de um jovem na FEBEM/SP. A lista de bens furtados ou roubados incluem casos de subtração de um CD, caixas de iogurte, cartela de pilhas, maços de cigarro, estojo de lápis, cadernos e outros bens do mesmo tipo. O problema está em que, apesar do valor irrisório — muitas vezes inferior ao custo de manutenção mensal de um adolescente na FEBEM — em 86% das vezes houve a utilização de arma de fogo para o cometimento do roubo e em 9,6% uma arma de brinquedo, complicando sobremaneira a situação do jovem suspeito perante a Justiça.

Diante das tais constatações, parece-nos que o princípio da proteção integral adquire o caráter de grande norteador das políticas para a prevenção da criminalidade entre os jovens. E, no mesmo sentido, a inimputabilidade penal se constitui em critério de política criminal para um verdadeiro Estado social e democrático de direito.

As persistentes propostas de redução da idade penal representam, nesse cenário, uma opção perversa pela criminalização da pobreza e da exclusão. Mais do que isso, colocam-se na contramão da história e impõem uma contradição nos termos da questão: como educar para a liberdade utilizando-se da prisão?

Cerca de 60% dos países do mundo adotam a idade penal aos 18 anos. Aqueles que possuem idade penal inferior a 18 anos estão revendo suas leis, a fim de adotar a maioridade penal para 18 anos ou mais, como é o caso da Alemanha e Espanha. Ademais, o Seminário Europeu das Nações Unidas sobre o Bem-Estar Social estabeleceu que, para efeitos penais, a idade da responsabilidade não deve ser fixada abaixo dos 18 anos.

4. Conclusão: redução da idade penal?

A redução da idade penal, tema recorrente no debate público, tem como fundamento a crença de que a repressão é o melhor remédio ao “fenômeno da violência”. Traduz a ideologia da “lei e da ordem”, em total contradição aos avanços que a humanidade tem atingido no respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa.

Tratar o adolescente como responsável pelo clima de violência e insegurança social é encontrar um bode expiatório para o perverso modelo de exclusão social em que vivemos. Funciona como uma cortina de fumaça que desvia a atenção da opinião pública das causas reais da violência, que são o desemprego, a impunidade, a corrupção, a desigualdade social, a não-responsabilização do Estado, da escola e da sociedade no atendimento à criança e ao adolescente.

Também corresponde a conferir ao Direito Penal e à punição a grande tarefa de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e portanto menos violenta, deixando de considerar que o Direito Penal tem um caráter subsidiário e que somente deve ser acionado quando todos os demais mecanismos de controle social já tiverem sido utilizados.

Acreditar ainda que a aplicação de penas mais severas é o recurso adequado para a prevenção da criminalidade é render-se ao falacioso exercício da pura intimidação. Prevenção e repressão não são sinônimos. A prevenção à criminalidade está diretamente associada à existência de políticas sociais básicas. Não é a severidade da pena que previne a criminalidade, mas sim a certeza de sua aplicação e sua capacidade de inclusão social.

No caso de nossos adolescentes a necessidade de inclusão e educação é flagrante, e, por conseguinte, a redução da idade penal implica a real redução das condições de inserção na sociedade. Implica sobretudo retroceder e optar pela pedagogia do medo. Sem perspectivas ou indiferentes, nossos jovens se-

riam educados pelo medo, e certamente temeriam seu próprio futuro.

Quando discutimos a redução e o rebaixamento da idade penal, estamos na realidade diante da opção política de construir prisões ou escolas para nossos jovens.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- ASSIS, Simone Gonçalves de. *Traçando caminhos numa sociedade violenta: a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro / Brasília: FIOCRUZ — CLAVES / UNESCO / DCA / Ministério da Justiça, 1999.
- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicol, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 1992.
- BOURDIEU, Pierre, PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. 3. ed. São Paulo: Ed. Francisco Alves, 1996.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Censo penitenciário de 1997*. Brasília: Secretaria de Justiça / Departamento Penitenciário Nacional, 1998.
- _____. *Censo penitenciário de 1995*. Brasília: Secretaria de Justiça / Departamento Penitenciário Nacional, 1996.
- CURY, Munir (Org.). *Estatuto da Criança e do Adolescente comentado*. Comentários jurídicos e sociais. 3. ed. São Paulo: Ed. Malheiros Editores, 2000.
- DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- FARIA, José Eduardo. *Direito e economia na democratização brasileira*. 1. ed. São Paulo: Ed. Malheiros Editores Ltda, 1993.
- FIANDACA, Giovanni. O bem jurídico como problema teórico e como critério de política criminal. *Revista dos Tribunais*. Fas-

- cículo de Direito Penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p.409-439, 2000.
- GARCIA MENDEZ, Emilio. *Infância e cidadania na América Latina*. São Paulo: Hucitec / IAS, 1998.
- _____. Breve histórico dos direitos da criança e do adolescente. In: FIGUEIROA, Ana Cláudia (Coord.). *Da situação irregular às garantias processuais da criança e do adolescente*. São Paulo: CBIA / Cedeca-ABC, 1994.
- KAHN, Túlio, SPOSATO, Karyna. Paz nas escolas. *Revista do Ilanud*, São Paulo: Imesp, n. 18., 2001.
- PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária USU, 1997.
- RODRIGUES, Gutemberg Alexandrino. *Os filhos do mundo: a face oculta da menoridade (1964- 1979)*. São Paulo: IBCCRIM, 2001.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão, CORRÊA JÚNIOR, Alceu. *Pena e Constituição — Aspectos relevantes para a sua aplicação e execução*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.
- SILVA PEREIRA, Tânia da. *Direito da criança e do adolescente: uma proposta interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Ed. Renovar, 1996.
- SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo. A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- SPOSATO, Karyna Batista. O jovem: conflitos com a lei. A lei: conflitos com a prática. *Revista do IBCCRIM*, n. 30, 2000.
- TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Liberdade assistida. Uma polêmica em aberto*. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais da PUC/SP, 1994.
- TIFFER SOTOMAYOR, Carlos. Prevenção e delinquência juvenil. *La Nacion*, San José, p.15, 28 set. 1997.

- VOLPI, Mário. *Os adolescentes e a lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização*. Brasília: ILANUD / Programa Justiça Penal Juvenil e Direitos Humanos — ILANUD Costa Rica / Comissão Européia, 1998.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Política criminal latinoamericana. Perspectivas e Disyuntivas*. Buenos Aires: Editorial Hammurabi, 1982.

Resumo

O artigo trata do tratamento dado a “adolescentes em conflito com a lei” no Brasil. Após um breve histórico que identifica alguns equívocos e perversidades de um sistema marcado por um aparato médico-jurídico-assistencial tendente ao controle e à repressão, é descrita a criação, no âmbito da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente, no qual são consagrados o conceito de inimputabilidade penal e o princípio da proteção integral.

No entanto, é destacada a distância entre a letra do Estatuto e a realidade do tratamento que ainda vigora em certas instituições que lidam com menores, discutindo-se também a necessidade de um enquadramento maior da questão da criminalidade juvenil no cenário de dificuldades sócio-econômicas que grande parte dos menores delinqüentes vive desde a tenra infância.

Por fim, questiona-se a alternativa de diminuição da idade penal como algo que não deve solucionar a questão da criminalidade infantil, pelas razões vistas ao longo do trabalho.

Os meninos de rua e a circulação

MARIA FILOMENA GREGORI

Este artigo discute parte dos resultados de pesquisa empírica realizada sobre diferentes grupos de meninos de rua na cidade de São Paulo entre 1989 e 1996.¹ A análise também contempla o material coletado sobre o tratamento institucional (governamental e não-governamental) dispensado a essa população no período considerado. O trabalho de campo consistiu em observação participante, observação de longa duração, entrevistas, histórias de vida, coleta de informações em prontuários institucionais etc, empregando o conjunto de técnicas desenvolvidas pela Antropologia Social para análises qualitativas.

1. Meninos de rua: o problema e seus paradoxos

Desenvolver um estudo sobre meninos de rua no Brasil e tentar descrever etnograficamente sua situação, experiências e modo de vida impõe desafiar questões difíceis. É necessário enfrentar, em primeiro lugar, um problema de definição: por

1. Essa pesquisa deu suporte para tese de doutoramento defendida junto ao Departamento de Antropologia Social da Universidade de São Paulo em 1997 e resultou na publicação dos livros *Viração - experiências de meninos nas ruas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000) e, em conjunto com Cátia Aída da Silva, *Meninos de rua e instituições - tramas, disputas e desmanche* (São Paulo: Editora Contexto, Unesco, Instituto Airton Senna, 2000).

ser um país que conta com um conjunto extenso de menores de idade que vive em condições de extrema miséria, sobressai no senso-comum a tendência de associar a carência material à ausência de proteção familiar e, não raras vezes, à adoção de condutas delinquentes. Essa confusão entre pobreza, abandono, delinquência, além de não corresponder a uma apreensão mais detida da realidade nacional da infância e da adolescência, acaba por alimentar preconceitos e dificultar a consolidação de políticas públicas mais eficientes.

Os meninos de rua, nesse particular, têm sido tratados como a expressão emblemática da miséria, da vulnerabilidade e da violência. Como conseqüência, por um longo período, assistimos a uma indefinição considerável quanto à quantidade existente de meninos de rua: situavam-nos ora aos milhares, ora aos milhões. Para se ter uma idéia, as estimativas sobre o número de crianças de rua variavam de 10 mil a 7 milhões. Os sistemas oficiais de estatística (entre eles o IBGE) costumavam fazer projeções sobre o fenômeno através do número de crianças pertencentes a famílias com rendimentos iguais ou inferiores a 1/4 de salário mínimo (menos que U\$100), mas constitui imenso equívoco confundir esses números com a quantidade de meninos de rua. A partir de 1986, foram feitas as primeiras contagens de meninos de rua nas grandes metrópoles brasileiras e constatou-se que eles não passavam de uns poucos milhares.² Essas contagens, ainda que não apresentem o número preciso, levaram a uma aproximação mais real do fenômeno.

2. A primeira contagem foi feita pelo IBASE na cidade do Rio de Janeiro, utilizando dados relativos a crianças de rua e respectivas mães atendidas por entidades, e apurou a existência de 1255 crianças e adolescentes nos logradouros públicos até as 23 horas e 695 às 4 horas da manhã. No levantamento de 1993, feito pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social do Estado de São Paulo, foram contadas 4520 crianças e adolescentes perambulando, trabalhando ou pedindo esmolas nas ruas durante o dia, e 895 foram encontradas durante a noite e a madrugada.

De fato, é imprescindível incorporar nos estudos sobre os meninos de rua uma investigação cuidadosa sobre os vários modos por meio dos quais as representações sociais foram no Brasil, desde a década de 1970, dando um nome e definindo um lugar social a um fenômeno que é, na verdade, antigo e persistente na sociedade brasileira. Há duas décadas foi criada a expressão — meninos de rua — de forma a designar crianças e adolescentes dos extratos pobres que buscam recursos de sobrevivência nas ruas. Esse fenômeno não é novo — meninos já perambulavam pelas ruas e também já havia preocupação da sociedade em relação a isto.

Mas foi a partir da década de 1970 que essa presença preocupante e pública das crianças miseráveis começou a ser vista e tratada como resultante de uma estrutura social de desigualdade. Uma nova e interessante inflexão: a busca de uma explicação estrutural para o fenômeno teve por mérito abandonar ou enterrar uma certa concepção que salientava sobremaneira a responsabilidade familiar — como aquela que vigorava nos Códigos de Menores — e, em particular, à desorganização familiar que a pobreza determina e o seu destino moralmente comprometido e comprometedor. A consolidação de organizações e movimentos de apoio por parte da sociedade civil teve por efeito tornar o problema ainda mais visível, exigindo providências diante do descaso e dos abusos cometidos contra os menores.

Desde a década de 1980, assistimos no Brasil ao desenvolvimento de práticas de intervenção que procuram compreender e atuar sobre a dinâmica da sociabilidade que esses meninos desenvolvem nas ruas. A rua começa a ser tomada como o *locus* privilegiado sobre o qual se descortina a intervenção institucional e o conhecimento que se tem sobre essa realidade. Descobre-se, por exemplo, que existe uma série de distinções situacionais num conjunto genérico chamado de meninos de rua. O reconhecimento dessa diversidade passa, sobretudo, pela existência, pela permanência fluida ou pelo esgarçamento

dos laços que eles têm com suas famílias. Esse reconhecimento parte de uma observação e de um atendimento que está circunscrito ao espaço e relações que se travam exclusivamente com os meninos e meninas, nas ruas. Melhor dizendo: o objeto foi circunscrito segundo a visibilidade que ele apresenta nesse ambiente, abandonando-se, em consequência, um olhar mais detido sobre as relações que esses meninos têm com suas famílias. Deixando de ser referência, na aparência das ruas, a família se tornou o grande ausente tanto nas políticas postas a cabo, como nos dados coletados. Nesse caso, pressupõem-se que se trata de um núcleo desorganizado pela miséria, violento e vulnerável. Mas sem certeza, como um cenário distante ou horizonte longínquo e sem solução. No seu lugar, os temas e a preocupação incidiram e, ainda, incidem sobre a experiência da perambulação e seus efeitos sobre essas crianças e adolescentes.

2. Circulação

Todo meu esforço de interpretação tem sido o de sugerir que essa perambulação não é apenas referida a uma vivência de rua. Elaborei um conceito, o de *circulação*, para dar conta da relação entre a existência dos meninos de rua e uma dimensão da pobreza — e, em particular, de uma situação mais absoluta de pobreza. Esse conceito foi inspirado por uma observação de natureza empírica. No início da pesquisa notei que uma das características mais marcantes da vida dos meninos de rua é o fato de estarem sempre circulando, seja por instituições variadas que prestam algum tipo de auxílio ou apoio material, por instituições repressivas ou de triagem e encaminhamento; seja pelo “ir-e-vir” de suas casas para a rua; ou, ainda, o movimento entre os vários locais nas ruas que eles “fixam” como referências (os lugares em que comem, os que eles dormem, onde furtam etc.). Importante salientar que essa circula-

ção e o uso das instituições não é sistemático. Não existe nesse movimento uma rotina clara e estabelecida. Ao que observei, há uma espécie de visitação constante, com períodos de maior participação numa dada instituição, mas que não é definitiva. Não existe um conjunto coeso de explicações sobre os motivos das entradas e saídas dos meninos e meninas de rua das várias instituições que freqüentam. Considero, inclusive, que os motivos alegados explicam menos do que admitir como pressuposto que o padrão de vida deles se pauta por essa constante circulação. Ou seja, da mesma maneira que a maioria deles não abandona em definitivo suas famílias, não abandona também as instituições e os grupos com os quais convivem. O “não abandonar”, no entanto, não significa “se fixar” em algo que implique uma substituição.

Descobri que esse padrão de circulação está presente na forma pela qual se dá a saída deles de casa. Eles levam um bom tempo nas idas e vindas até que fiquem mais enlaçados às ruas. Os motivos que eles alegam para abandonar o convívio com seus familiares giram em torno de brigas, conflitos e miséria. Esses motivos, contudo, não explicam o fato de se transformarem em meninos de rua. Não se trata de minimizar as evidências de que eles são filhos de famílias pobres e, em muitos casos, de pais violentos. Mas se essa fosse a explicação, o número de meninos de rua certamente seria maior. No caso deles, ocorre a combinação de dois fatores em um processo: de um lado, os responsáveis deixam de ir atrás deles depois de um certo número de fugas; de outro, eles vão estabelecendo conexões na rua, vão ganhando aptidão para “se virar” nela, através do convívio com outros meninos e com as instituições.

A circulação é um padrão urbano popular, resultante da pobreza e, em particular, daqueles pobres que não conseguem manter exclusivamente na esfera privada (na casa, no bairro, na comunidade, no trabalho estável) o espaço de sua reprodução, buscando melhores chances no universo público — das

ruas e das instituições — e junto ao mercado informal de trabalho. Aquilo que muitos estudos tomam como um movimento errante produzido pela “embriaguez” da cidade é, de fato, algo que se desenvolve na vivência de um número considerável de famílias expostas à pobreza absoluta. Os históricos de vida narram essa experiência circulante: a maioria das famílias de meninos investigados mostram que eles passaram parte considerável de suas vidas fora do núcleo materno, junto a parentes ou vizinhos. Esse fenômeno, já investigado pela antropóloga Claudia Fonseca (1993) em outras comunidades pobres no Brasil, e chamado de circulação de crianças, mostra que não há o abandono do valor da consanguinidade, mas o distanciamento maior ou menor de um lugar concreto e cotidiano da criança no seio familiar. São famílias que mudam de casa com uma frequência extraordinária, e essa circulação residencial implica o distanciamento de uma experiência potencial de formação de laços de vizinhança, comunitários e escolares. Há, também, o afastamento de qualquer experiência de estabilidade de rendimentos, obrigando essas famílias, muitas vezes, a buscar proventos eventuais nas ruas. Nesse sentido, trata-se de famílias para as quais a circulação e a própria ausência de parâmetros estáveis é uma constante.

A existência desse padrão, por si só, não explica a transformação de um filho dessas famílias em menino de rua. De certo, a rua enreda. Mas não enlaça somente porque permite a aventura e a ausência de uma tutela sistemática. A rua é um termo genérico demais: a vivência dos meninos me ensinou que esse espaço — hoje, mais do que antigamente — é composto por um conjunto de ações apoiadoras de naturezas das mais diversas (individuais, institucionais governamentais e não-governamentais) e que permitem a conquista de bens não só materiais — como se servissem, apenas, à sobrevivência puramente física —, mas também simbólicos e identitários. E porque existe essa “acolhida”, percebi como os diferentes agrupan-

tos de meninos de rua têm apreço por uma determinada territorialidade, fixando-se com maior ou menor intensidade, dependendo de como se inscrevem no interior de uma dinâmica local. Para entender essa dinâmica, foi preciso investigar a presença e a ausência institucional e a natureza das relações que diferentes instituições estabelecem com esses meninos.

4. Viração: oscilação de imagens e posições

Quis revelar os paradoxos que existem entre aquela vontade de resolver um problema (definindo sobre ele um padrão e sobre ele intervindo) e o objeto dessa atuação, o problema real, vivo, dinâmico. E a pergunta se resumiu: qual a relação — abandonando, é certo, qualquer possibilidade de estabelecer uma determinação causal unívoca — do objeto-problema com os conteúdos e formas como foi sendo nomeado, tratado e objetivado pela sociedade circundante? Como o menino de rua se relaciona com as imagens e com o tratamento que a ele se destina? Ele se vira. Vira um menino de rua, seguindo as referências simbólicas, materiais, que sobre ele vão incidindo. Essas referências são oscilantes: gravita-se entre uma orientação que o vitimiza, um fatalismo que o reveste e o medo e desconforto que ele suscita. Nas atuações institucionais e para os vários setores da sociedade há um conjunto de imagens oscilantes e conflitantes: os meninos de rua são tomados ora como “pequenas monstruosidades sociais”, “bandidos em potencial” em versões em que sua periculosidade já é definida como algo inato ou, se não inato, como resultado de uma miséria social e moral que dificulta pensar em soluções; ora como “os verdadeiros carentes” na versão que os representa como a ilustração mais cabal do abandono, do desmando e das desigualdades sociais. Em vários momentos, indaguei, perseguindo uma ambigüidade presente nas várias representações: como tratá-lo, como adul-

to ou como criança; como vítima ou como algoz; como tutelado ou como autônomo? O menino se vira, empregando os termos dessa oscilação, dependendo do contexto em que interage. E essa capacidade de transitar não é apenas resultante da ambigüidade. Se assim considerasse, eu teria que acreditar firmemente que as prescrições nomeadoras do universo político e institucional criam o real. Dito em outros termos: teria que reduzir o menino de rua a ser uma mera invenção das instituições. Como dizer: se a sociedade brasileira fosse indiferente a esse problema, talvez ele não existisse. Esse evidentemente é um exagero, eles existem por razões estruturais econômicas, políticas, sociais e culturais. Mas tratei de reconhecer que mesmo que as prescrições não tenham todo esse poder, elas nomeiam e instituem lugares sociais. Se é criado um conjunto de instituições que oferecem apoio aos menores desassistidos, os destituídos irão buscar nelas — compondo uma imagem de si mesmos como desassistidos — um lugar e um benefício.

Seguindo a pesquisa, percebi que essas instituições formam uma verdadeira trama, complexa de ser deslindada e fundamental para entender o problema. Essa trama acaba por alimentar a própria circulação. São tantas as mudanças de curso que sofrem as políticas de atendimento, tamanha a injunção de fatores que vão desde a competição por recursos, passando pela rivalidade política, até o desconhecimento das novas regras do jogo que toda nova configuração legal implica, que o estímulo a circular e a se virar se intensifica, na experiência diária de adotar uma posição que traga benefícios, segundo cada tipo de prática adotada.

O “nomeado” não encontra um modelo seguro sobre si, encontra vários: oscilantes e conflitivos. E aprende a lidar com eles e com a própria oscilação. Ele acaba por se adaptar a essa labilidade, até porque ela também constitui uma experiência que lhe é familiar. Aquilo que melhor caracteriza a sua vivência pas-

sa a ser esse movimento de entrar e sair de relações, de posições, trocar de imagem ou de máscara social. Essa labilidade, acredito, nada tem a ver com uma conseqüente inaptidão para partilhar valores ou mesmo crenças. O maior equívoco de algumas análises foi o de supor que a uma situação de constante exposição a perdas ou à carência corresponderia uma espécie de esgarçamento, ou pior, uma ausência de internalização de um conjunto de valores.

A labilidade pode levar a esse deslocamento de sentido: a experiência móvel e um certo utilitarismo na vivência das relações sociais teriam como conseqüência uma ausência de parâmetros morais. Bobagem. Eles estão presentes e são atualizados nas relações que estabelecem, nas que mantêm com o passado e nas que esperam para o futuro.

O problema não está na falta dos parâmetros morais ou valorativos, mas na dificuldade que eles têm de transpor a barreira da menoridade, na medida em que ela é o núcleo ordenador de um mundo em que aprendem a lidar na viração e na circulação. A experiência se torna prisioneira de si mesma, numa espécie de circularidade que dificulta, sem impedir é claro, uma transição. Pierre Bourdieu (1996), em seu artigo “Os ritos de instituição”, sugere questões que podem inspirar o refinamento desse problema. Tomando como ponto de partida as teorias de Van Gennep e Victor Turner sobre os rituais de passagem, Bourdieu afirma:

“É o caso de perguntar se, ao enfatizar a passagem temporal (por exemplo, da infância à idade adulta), essa teoria não estaria mascarando um dos efeitos essenciais do rito, qual seja o de separar aqueles que já passaram por ele daqueles que ainda não o fizeram e, assim, instituir uma diferença duradoura entre os que foram e os que não foram afetados.”(BOURDIEU, 1996:97)

Por enfocar o limite que o ritual consagra, conviria nomeá-lo não como um rito de passagem, mas como um rito de instituição. Nesse caso, o mais importante no que se refere aos ritos sociais seria a magia social de, aproveitando as diferenças, por exemplo, biológicas ou etárias, instituir um nome, uma condição e separar aqueles que podem ter esse nome daqueles que jamais o terão.

5. Fronteiras da maioridade: uma difícil transição

A maioridade é a demarcação de uma idade, com fins a instituir a linha que separa a cidadania plena de uma cidadania assistida. Em princípio e no Brasil, os 18 anos separam os menores dos maiores de idade, com uma conotação universal que implica que todos farão essa transição, pois o ciclo vital é uma condição natural e inescapável. Contudo, ao examinarmos de perto a instituição legal da menoridade, veremos que ela se aplica, nomeia, regra e define procedimentos para um conjunto particular de menores de idade. Toda uma bibliografia vem enfatizando que o menor, até a Constituição de 1988, sempre esteve referido ao menor de idade pobre, carente, abandonado, infrator ou “em situação de risco”. Estabeleceu-se uma separação entre os menores pobres e os filhos das outras camadas sociais, e foram instituídas normas que viriam a corrigir, amparar ou tutelar, sempre que necessário, aqueles sobre os quais o conceito de menoridade se aplicava. Nesse caso, os ritos de instituição ligados à menoridade e referentes aos Códigos de Menores e toda a institucionalidade jurídica, judiciária e assistencial tinham esse estranho paradoxo de legitimar a separação entre crianças e adolescentes inseridos em diferentes camadas sociais.

Outra indicação interessante de Bourdieu é a de que, além de instituir um limite, os ritos de instituição têm eficácia sim-

bólica. Eles têm o poder de agir sobre o real, justamente porque não se trata apenas de definir diferenças, mas sobretudo, fazer reconhecer e legitimar os diferentes:

“A instituição de uma identidade, que tanto pode ser um título de nobreza ou um estigma (‘você não passa de um...’), é a imposição de um nome, isto é, de uma essência social. Instituir, atribuir uma essência, uma competência, é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade.” (BOURDIEU, 1996:100)

Nesse caso, os meninos pobres com menos de 18 anos podem passar por rituais que os instituem como menores e reconhecem essa identidade, representando a si mesmos e agindo, conforme a sua definição. Os meninos de rua, além de serem casos desse tipo, estão inscritos no interior de um conjunto de relações sociais no qual suas experiências de vida estão por demais imiscuídas desses rituais de instituição da menoridade. E aí a passagem, ou transposição para outro limite — o da maioridade — passa a ser uma difícil transposição identitária. Aprendem a viver na circulação no interior de um circuito enredado à menoridade. Pouco nele habilita para a vivência fora de suas fronteiras. Como se elas fossem, num sentido meio trágico, aquela cerca viva, porém oculta, que condiciona seus passos, apesar da aparência de liberdade.

Se o que importa nos ritos é a linha que eles separam e a divisão social que operam, é possível sugerir que o que falta no caso dos meninos de rua é precisamente o ritual que marque a passagem para a maioridade. Existe apenas uma nova posição que é imposta de fora, por critérios objetivos mas externos à pessoa. Esses critérios obrigam as instituições a não mais atendê-los, ou dispensar a eles uma atenção especial.

Menos do que o indicativo de uma situação temporária, a menoridade passa a ser, no caso deles, uma espécie de “amarra”. A transição para a maioridade, com horizonte incerto, não é impossível. Mas, certamente, é problemática.

De modo que, se esse estudo chega a alguma conclusão, é a de que o grave na condição desses meninos é o fato de estarem em uma situação que mais do que serem vítimas de estigmas, da pobreza e da violência, eles são vulneráveis por estarem levando uma vida na qual quaisquer possibilidades de transição ou passagem não são impossíveis, mas encontram dificuldades. A meu ver, o maior risco ou tragédia desse tipo de vida é o fato dela estar encapsulada a uma espécie de circularidade. Hoje, parecem condenados a serem para sempre meninos de rua.

Referências bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996 (1982).
- FONSECA, Cláudia. Criança, família e desigualdade social no Brasil. In: RIZZINI, Irene (Org.). *A criança no Brasil hoje*. Desafio para o Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1993.
- GREGORI, Maria Filomena. *Viração*. Experiências de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GREGORI, Maria Filomena, SILVA, Cátia Aída da. *Meninos de rua e instituições*. Tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Editora Contexto / Unesco / Instituto Airton Senna, 2000.

Resumo

O artigo faz uma análise antropológica, baseada em pesquisa empírica, de certos aspectos problemáticos da vivência dos chamados “meninos de rua” no Brasil. Partindo da delimitação e do questionamento do “objeto menino de rua”, fruto de representações sociais datadas da década de 1970 sobre um problema mais antigo, é definida uma importante categoria explicativa, a de “circulação”.

A partir dessa noção, mostra-se como os meninos de rua têm uma vida marcada pela passagem, nunca fixada, por diversas famílias, instituições e até mesmo representações sociais, estas advindas das muitas e diferentes formas pelas quais a sociedade se aproxima do problema dos menores de rua. Analisam-se implicações e conseqüências dessa situação, que, causada pela pobreza e pela instabilidade social, se mostra definidora da vivência dos meninos de rua.

O artigo conclui apontando para a falta de uma passagem institucional para a maioridade, que deixa os meninos de rua paradoxalmente presos a essa condição de circularidade, mesmo após cruzarem o limiar da idade adulta.

O tempo das crianças

MARCELO NERI
DANIELA COSTA

O Brasil não gasta pouco na área social, mas gasta muito mal. Essa baixa qualidade tem sido tradicionalmente associada à falta de focalização dos gastos nos segmentos pobres. Discutimos aqui outro problema de qualidade dos gastos sociais brasileiros, qual seja, a baixa persistência dos seus efeitos. Quer dizer: a política social brasileira exerce efeitos fugazes sobre as condições de vida da população. O esforço fiscal/social hoje empreendido deixará poucas marcas na nossa sociedade a longo prazo.

A política previdenciária, que consome a maior parte do orçamento social, é compensatória por natureza, no sentido de financiar mais consumo que investimento. Esta política contrasta, por exemplo, com a política educacional de caráter estrutural. A vantagem da política compensatória é a alta velocidade; em contrapartida, sua desvantagem é a baixa persistência de seus efeitos. A persistência de um dado programa social, seja compensatório ou estrutural, está ligada à própria composição etária do seu público-alvo.

Nesse sentido, a alocação do tempo das crianças constitui determinante fundamental da performance a longo prazo da nossa economia e é objeto de ações sociais mais estratégicas para a sociedade brasileira. Se as crianças hoje freqüentam a escola, ou se trabalham, antecedem as condições sociais brasileiras de algumas décadas. Um país que cuida de suas crian-

ças, por exemplo através de políticas educativas de qualidade, viabiliza o seu futuro.

Este texto tem três objetivos, a saber: i) avaliar comparativamente os indicadores sociais das crianças; ii) analisar as razões por que o Estado deve intervir na alocação de tempo das crianças, bem como analisar as conseqüências de políticas nessa área; iii) por último, e mais importante, analisar os determinantes micro e macroeconômicos da repetência escolar, evasão escolar e do trabalho infantil.

1. Crianças, nossos párias

Qual é o *status* atual da criança no Brasil? A avaliação da distribuição etária das condições sociais deve levar em conta o processo de repartição das diversas rendas no bojo das famílias. Por exemplo: a renda do aposentado pode beneficiar outros membros de sua família, como as crianças — belamente ilustrado no filme *Eu, Tu, Eles* —, assim como a bolsa-escola pode percorrer o caminho inverso. Nesse sentido, conceitos adequados para auferir o bem-estar seriam baseados em dados no nível da família, como a insuficiência de renda familiar *per capita*. Usamos como referência a renda de 61 reais por pessoa; entretanto, os resultados qualitativos se mantêm para um amplo espectro de valores.¹

A maior taxa de insuficiência de renda por faixa etária se encontra no grupo até 5 anos de idade: 38,8% contra 24,8% do conjunto da sociedade. Cerca de 45% dos indigentes brasileiros têm menos de 15 anos de idade. A menor taxa de insuficiência de renda está no grupo acima de 70 anos: 8,1% (Tabela 1).

1. As linhas de indigência e de pobreza reportadas em Ferreira, Lanjouw e Neri (1996) correspondem a 76 reais e 151 reais respectivamente, avaliadas a preços da Grande São Paulo de outubro de 1999.

Tabela 1. Perfil etário da insuficiência de renda.

	População de miseráveis	%	Contribuição para a miséria total %
Total	158.232.252	24,8	100,0
0 a 5 anos	15.125.555	38,8	15,0
5 a 10 anos	15.893.875	37,8	15,3
10 a 15 anos	17.133.431	33,3	14,5
15 a 20 anos	16.445.293	24,4	10,2
20 a 25 anos	13.376.564	19,8	6,7
25 a 30 anos	12.170.942	21,0	6,5
30 a 35 anos	12.076.763	21,8	6,7
35 a 40 anos	11.080.956	20,6	5,8
40 a 45 anos	9.666.370	18,9	4,7
45 a 50 anos	8.015.962	17,7	3,6
50 a 55 anos	6.205.644	17,2	2,7
55 a 60 anos	5.179.392	16,0	2,1
60 a 65 anos	4.218.407	11,8	1,3
65 a 70 anos	3.473.931	9,5	0,8
+ de 70 anos	5.259.446	8,1	1,1
Ignorada	2.909.721	40,1	3,0

Obs: Linha de R\$ 61 *per capita*.

Fonte: Microdados da PNAD — IBGE. (Elaboração : CPS/IBRE/FGV.)

A análise dos demais indicadores sociais da tabela 2 consolida a imagem das crianças como o grupo prioritariamente desfavorecido de nossa sociedade. O desnível, no que se refere à cobertura de serviços públicos, entre as estatísticas das crianças e todas as faixas etárias da sociedade brasileira corresponde a: 55% contra 64% em água encanada, 78% contra 84% em esgoto e 66% contra 73% em coleta de lixo. Este viés contrário às crianças é observado numa extensa lista de indicadores sociais. Um apelido apropriado para a nossa prática social seria Guilherme Tell, em alusão ao personagem suíço que ficou conhecido por atirar flecha sobre a cabeça de seu filho.

As injustiças sociais contra as crianças preocupam pelas suas implicações a longo prazo. Afinal, essas crianças vão estar em algum momento no comando do país. Dessa forma, programas voltados a esse público, como merenda escolar, bolsa-escola, vacinação e, por que não, a difusão de práticas anticoncepcionais entre os pobres, deveriam aparecer no topo das prioridades nacionais, não só pela questão do foco como da persistência desses gastos.

Alguns argumentam que a melhora observada no acesso a serviços públicos desde 1980 pode estar correlacionada com a abertura política do país. A redemocratização teria incentivado a classe dirigente a zelar mais pelos serviços prestados à sua clientela política. Como exemplo, a universalização da previdência rural promovida pela Constituição de 1988. O problema, no caso das crianças, é que elas estão excluídas do mercado eleitoral. Nesse sentido, uma solução para aumentar o poder de barganha dos interesses infantis na definição das prioridades nacionais seria a introdução do voto das crianças, representadas pelas suas respectivas mães. Esta seria, na classe das soluções utópicas para a miséria brasileira, a que produziria efeitos sociais mais duradouros.

Tabela 2. *Indicadores sociais por grupo etário.*

Grupos etários	Pessoas por domicílio	Renda domiciliar per capita	Acesso a esgoto	Acesso a água encanada	Acesso a coleta de lixo
0 a 5	5,21	\$ 156,37	53,0%	76,1%	64,9%
5 a 10	5,39	\$ 167,42	54,7%	77,3%	65,5%
10 a 15	5,47	\$ 183,09	57,2%	79,4%	67,8%
15 a 20	5,23	\$ 226,59	60,8%	81,9%	71,6%
20 a 26	4,63	\$ 257,15	62,1%	83,2%	73,0%
26 a 30	4,29	\$ 268,66	63,8%	85,4%	74,3%
30 a 36	4,34	\$ 284,25	65,1%	86,0%	75,7%
36 a 40	4,47	\$ 289,85	67,0%	86,5%	76,4%
40 a 45	4,52	\$ 316,73	67,4%	86,2%	76,0%
45 a 50	4,40	\$ 340,02	65,7%	85,0%	73,8%
50 a 55	4,19	\$ 362,02	63,8%	83,4%	72,5%
55 a 60	3,88	\$ 356,29	64,1%	82,9%	71,6%
60 a 65	3,60	\$ 353,26	63,9%	82,8%	70,7%
65 a 70	3,35	\$ 340,63	64,2%	82,9%	71,0%
70 ou +	3,28	\$ 330,96	64,3%	80,6%	69,4%

Fonte: CPS/FGV processando os Microdados PNAD/IBGE.

2. Tempo das crianças

A Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares (PNAD) do IBGE nos oferece uma visão da alocação do tempo das crianças em termos nacionais, permitindo diferenciar situações rurais das urbanas: nas áreas rurais, 36% crianças entre 10-14 anos de idade no Brasil estavam trabalhando, contra 8% nas áreas urbanas. Em média, durante as duas últimas décadas houve aproximadamente duas vezes mais meninos trabalhando do que meninas. Noventa por cento dos indivíduos provenientes de famílias pobres não terminaram o 2º grau, e 74% não completaram a 4ª série. 45% dos pobres têm menos de 16 anos de idade. Enquanto as taxas de matrícula são altas no Brasil, o nível educacional atingido progride lentamente, devido à frequência escolar irregular e às altas taxas de repetência (13%) e abandono escolar (8,9 %). Ainda de acordo com a PNAD, 15% de todas as crianças nesta faixa etária estavam trabalhando — houve uma queda de 2 pontos de porcentagem desde 1995.

A cada ano adicional de estudo, a renda do trabalho aumenta, em média, 16%, retorno auferido para toda a vida ativa. A taxa de ocupação também cresce com a escolaridade, de 52% para analfabetos para 87% para indivíduos que completaram a universidade. É difícil imaginar investimento mais lucrativo do que passar de ano (Gráficos 1 e 2).

Se o retorno da escolaridade é tão alto, por que a necessidade do Estado intervir no tempo das crianças?

- i) Retornos crescentes: quando a criança passa de 0 para 4 anos de estudo, o ganho de renda é de 8% a.a., ao passo que quando a escolaridade passa de 11 para 15 anos de estudo, o retorno corresponde a cerca de 21% a.a. Existe uma armadilha de pobreza segundo a qual, para obter retornos mais altos, o indivíduo tem de investir antes mediante baixos retornos.

Gráfico 1. *Rendimento médio vs. Anos de estudo (Brasil).*

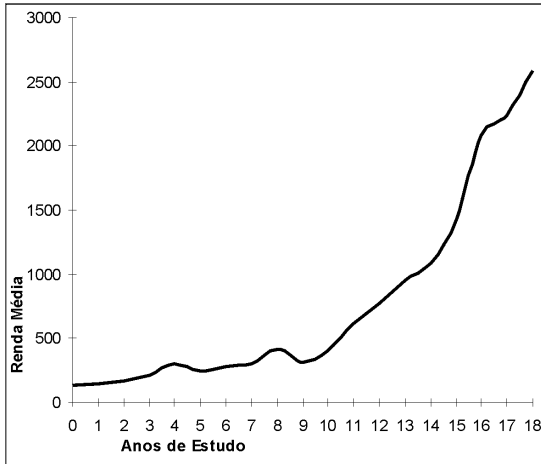
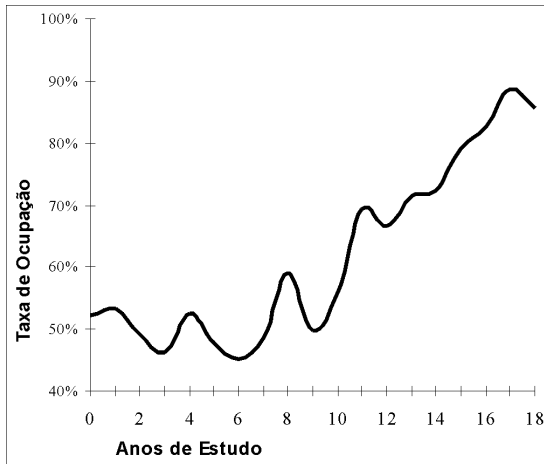


Gráfico 2. *Taxa de ocupação vs. Anos completos de estudo (Brasil).*



Fonte: PNAD 99 — IBGE. (Elaboração : CPS/IBRE/FGV.)

- ii) Externalidades: o retorno da educação para a sociedade como um todo é superior ao do indivíduo que é educado. Ricardo Paes de Barros mostra que um dos principais determinantes do desempenho escolar é a educação média das mães da comunidade. A tabela 3 ilustra algumas conseqüências da acumulação de um ano a mais de estudo pela/para sociedade.

Agora, dadas essas falhas de mercado, que tipo de intervenção empreender?

- i) Coerção: por exemplo, a adesão recente do Brasil à resolução da OIT sobre trabalho precoce implica um aumento da idade mínima permitida de 14 para 16 anos. A taxa ocupacional aos 15 anos nas principais metrópoles brasileiras é de 21%.
- ii) Prevenção: o melhor antídoto contra o trabalho infantil é a educação, especialmente das mães: 23,6% dos filhos de analfabetas exercem trabalhos, domésticos ou externos, contra 1,7% dos filhos de mulheres com secundário completo. A produção de educação demanda educação como insumo. Entretanto, a maturação dos investimentos em políticas educacionais como o FUNDEF leva décadas. A obtenção de altos retornos sociais exige paciência.
- iii) Ambas: um programa que concilia velocidade e durabilidade é o bolsa-escola, no qual as mães recebem uma bolsa condicionada ao desempenho escolar dos filhos. A expansão do bolsa-escola aliada à ampliação paulatina da faixa etária de elegibilidade do programa até os 16 anos incompletos constitui complemento desejável à nova resolução do trabalho precoce.

Tabela 3. *Impacto sócio-econômico de aumento de 1 ano de estudo.*

Variável	Impacto
<i>Crescimento Econômico (taxas anuais)</i>	
Renda per capita (2000/25)	0,35
Salário industrial (2005/15)	0,85
Crescimento das exportações (2000/15)	0,7
<i>Crescimento Populacional</i>	
Crescimento da população (2000/15)	-0,26
Crescimento da fecundidade total (2025)	-0,4
Crescimento da natalidade por 1.000 (2025)	-2,4
<i>Mortalidade (por 1.000 nascidos vivos)</i>	
Mortalidade infantil (2025)	-8,9
Mortalidade infantil até 5 anos (2025)	-12,6
<i>Longevidade (em anos)</i>	
Expectativa de vida - mulher (2025)	2
Expectativa de vida - homem (2025)	2
<i>Escolaridade (taxas)</i>	
Atendimento bruta secundário (2025)	5,2
Analfabetismo mulher (2020)	6,8
Analfabetismo homem (2020)	5,4

Fonte: BERHMAN, J., BID, 1996.

2.1 Efeitos de longo prazo da instabilidade

Um eminente economista quantificou os custos sociais das flutuações macro, indicando quanto cada indivíduo estaria disposto, em média, a contribuir para que a alternância entre *booms* e recessões fosse erradicada: um Big Mac por ano! Valor baixo, pois trata-se do caso dos EUA, onde, por hipótese, o Estado não só tentaria, como conseguiria amortecer toda instabilidade observada.

O problema dessa conta é o nível de agregação envolvido: mesmo durante as piores recessões — digamos, a grande depressão dos anos 1930 — a renda média não cai a níveis próximos de zero, ao passo que, na prática, alguns indivíduos têm suas respectivas rendas zeradas. Nas crises, muitos sofrem pouco e poucos sofrem muito. O valor de um hambúrguer para quem está morrendo de fome tende a infinito.

As limitações incorridas nas análises agregadas são diversas. A temperatura média enfrentada por um adolescente que trabalha no McDonald's entre sorvetes e batatas fritas nos dá a impressão de uma situação mais amena do que aquela observada na prática.

O nível micro permite mensurar não só os custos da instabilidade, como as suas conseqüências. A realidade do adolescente americano que trabalha em lojas de fast-food, ou dos brasileiros envolvidos na produção de bens transacionáveis, como calçados ou laranja — estudados com devoção nos EUA — difere daquela dos nossos garotos que vendem chiclete no sinal. É preciso considerar a heterogeneidade das situações vividas.

Apesar da nossa longa história de volatilidade, pouco foi estudado sobre os custos sociais permanentes da instabilidade. Abordamos aqui os efeitos de longo prazo da instabilidade microeconômica. Em particular, o impacto de choques na renda paterna sobre variáveis de acumulação de capital humano como: evasão escolar, repetência e trabalho infantil. O ciclo de

vida pode ser dividido em três fases: na primeira, a criança trabalha e não estuda; depois, estuda mas trabalha para, na última fase, abandonar por completo a infância, ou seja, trabalhar e não estudar. Quais seriam os efeitos de infortúnios paternos em termos da entrada precoce da criança no mundo adulto?

O nível micro permitiu mensurar não só os custos da instabilidade, como as suas conseqüências, considerando a heterogeneidade das situações vividas. Os dados utilizados, por acompanhar um número grande de domicílios por curtos intervalos de tempo, permitiram a estimação dos impactos de mudanças das circunstâncias dos pais sobre as mudanças de alocação de tempo das crianças. A análise foi restrita às famílias compostas por pai, mãe e pelo menos uma criança com idade entre 10 e 15 anos, residentes nas seis principais áreas metropolitanas, durante as duas últimas décadas. As principais variáveis de interesse foram aproximações dinâmicas de impulsos e respostas, isto é: de um lado, choques de renda nos pais, e, de outro, a probabilidade da criança abandonar a escola, repetir a série e/ou começar a trabalhar. Exploram-se eventos controlados por características das crianças (gênero, idade, se a criança está atrasada na escola); dos dois pais (escolaridade e renda); mais variáveis de tempo e de localização. Em suma, comparam-se crianças em situações idênticas no que é possível observar.

Infortúnios paternos, infâncias perdidas

Vejamos, inicialmente, as variáveis estáticas, começando por atributos microeconômicos, fortemente relacionados ao nível de pobreza ou à insuficiência de renda das famílias, como educação do pai e da mãe e nível de renda do pai.² Notamos que a educação tanto do pai quanto da mãe tem importância

2. Uma tabela com esses dados detalhados encontra-se no Anexo, ao final deste artigo.

tanto sobre o trabalho infantil quanto sobre o abandono e a repetência escolar. Por exemplo, a criança cujos pais têm escolaridade igual a zero tem 1,35 vezes mais chances de começar a trabalhar do que uma criança cujos pais tenham 4-7 anos de estudo. Estas mesmas estatísticas para abandono e repetência escolar correspondem a 1,5 e 1,07, respectivamente. Resultados qualitativamente similares foram encontrados para dados educacionais maternos e para renda paterna, indicando a correlação positiva entre *proxies* de pobreza a nível individual e atitudes predatórias em relação ao futuro das crianças.

Olhando agora as variáveis de localização geográfica que podem ser interpretadas como características agregadas fixas, observamos que as áreas metropolitanas mais ricas situadas no Sul ou Sudeste são as que aumentam mais as chances da criança trabalhar, sendo São Paulo a mais rica e com maior chance das crianças começarem a trabalhar. Porto Alegre e São Paulo são as áreas metropolitanas com maiores probabilidades da criança abandonar a escola. Recife e Salvador apresentam menores taxas de evasão escolar do que em outras regiões menos pobres. Já a repetência é mais provável nas crianças que vivem em Salvador do que em qualquer outra área metropolitana analisada. A criança que mora em Salvador tem 1,59 vezes mais chances de repetir a série do que aquela que vive em São Paulo.

A análise de fatores temporais (agregados) apresenta também uma aparente dissonância com os resultados individuais supracitados: em fases de *booms* macroeconômicos o trabalho precoce entra em alta e o desempenho escolar em baixa. Por exemplo, 1986, o ano do *boom* do Plano Cruzado, constitui um pico do trabalho precoce e da evasão escolar. Esse resultado parece indicar que maiores oportunidades associadas à expansão macro podem ser prejudiciais ao futuro das crianças.

Os dados relativos a trabalho infantil, repetência e evasão escolares revelaram dois níveis de análise dos seus principais determinantes econômicos. Variáveis microeconômicas está-

ticas, como a escolaridade do pai ou da mãe, indicativas das necessidades a serem supridas pela oferta de trabalho precoce, aparecem como levando também à evasão e ao atraso escolar. Ao mesmo tempo, o nível macro do estado da economia, representado não só por períodos de *booms*, como pelo nível de desenvolvimento de regiões, revelou a pressão exercida pela maior demanda sobre o trabalho infantil. Por exemplo, o trabalho infantil é mais presente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre do que em Recife e Salvador.

O pior desempenho infantil acontece quando se combina necessidade com oportunidade, como no caso das crianças pobres que vivem em regiões ricas. Nesses casos, as chances dos filhos sacrificarem o seu futuro é maior, pois se junta a fome à possibilidade de trabalhar para comer. Esses resultados sugerem que filhos de desempregados durante *booms* seriam mais suscetíveis a atitudes míopes na alocação de seu tempo. A resposta dessa questão requer uma análise microdinâmica. Os resultados indicam que choques adversos na renda paterna têm, de fato, correlação positiva com a evasão e a repetência escolar. As respectivas chances desses eventos ocorrerem com crianças cujos pais sofreram perdas de renda são 21% e 23% maiores do que aquelas que não apresentaram alteração no *status* paterno. Os resultados, porém, não apresentam relação significativa entre o pai perder o emprego e a criança começar a trabalhar no mercado de trabalho.

3. Conclusões

Este artigo visou, em primeiro lugar, avaliar os indicadores sociais relativos às crianças. Nesse aspecto, constatamos a existência de um viés contrário às crianças numa extensa lista de indicadores sociais em relação a outros grupos etários. Em segundo lugar, analisamos as razões que justificam a ação do

Estado ao intervir na alocação de tempo das crianças. Abarcamos elementos como rendimentos crescentes e externalidades na educação e políticas para lidar com estas não-linearidades no processo de acumulação do capital humano. Reproduzimos ainda evidências sobre os impactos de um ano adicional de estudo, bem como analisamos suas conseqüências sobre indicadores como crescimento econômico, mortalidade infantil, longevidade entre outros.

Finalmente, e mais importante, analisamos os determinantes micro e macroeconômicos da repetência escolar, evasão escolar e do trabalho infantil. Os resultados sugerem que choques adversos na renda paterna têm correlação positiva com a evasão e a repetência escolar. As respectivas chances destes eventos ocorrerem com crianças cujos pais sofreram perdas de renda são 21% e 23% maiores do que aquelas que não apresentaram alteração no status paterno. Os resultados, porém, não apresentam relação significativa entre o pai perder o emprego e a criança começar a trabalhar. Por outro lado, quando trabalhamos com a variável de choque interagindo com o nível de renda inicial dos pais, encontramos um impacto significativo nos três quintis de renda inicial mais baixos. Ou seja, apenas as crianças pobres tendem a ingressar no mercado de trabalho face ao infortúnio paterno.

A análise agregada apresenta alguma dissonância com os resultados individuais supracitados: em fases de *booms* macroeconômicos, o trabalho precoce entra em alta e o desempenho escolar em baixa. Por exemplo, 1986, o ano do *boom* do Cruzado, constitui um pico do trabalho precoce, da evasão e da repetência escolares. Este resultado parece indicar que as maiores oportunidades associadas à expansão macro podem ser prejudiciais ao futuro das crianças.

Os dados relativos a trabalho infantil, repetência e evasão escolares das tabelas revelam dois níveis de análise dos seus principais determinantes econômicos. Variáveis microeconô-

micas como a escolaridade do pai ou da mãe indicativas das necessidades a serem supridas pela oferta de trabalho precoce, levando também a evasão e ao atraso escolar. Ao passo que o nível macro do estado da economia representado não só por períodos de *booms*, como pelo desenvolvimento de regiões, revelam a pressão exercida pela maior demanda sobre o trabalho infantil. Por exemplo, o trabalho infantil é mais presente nas regiões metropolitanas de São Paulo e Porto Alegre do que em Recife e Salvador.

Em suma, o pior desempenho infantil acontece quando se combina, necessidade com oportunidade: crianças pobres de regiões ricas ou filhos de desempregados durante *booms*.

Referências bibliográficas

- BARROS, Ricardo Paes, MENDONÇA, Rosane, VELAZCO, Tatiana. *Is poverty the main cause of child work in urban Brazil?* IPEA, 1995. (Mimeo.)
- BEHRMAN, J. *Human resources in Latin America and the Caribbean*. Washington: IADB, 1996.
- NERI, Marcelo Côrtes, THOMAS, Mark. R. Household responses to labor-market shocks in Brazil. 1982-99. In: XXVIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2000, Campinas. *Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia*. ANPEC, 2000.
- NERI, M., GUSTAFSSON-WRIGHT, E., SEADLACECK, G. et al. The effects of idiosyncratic shocks to father's income on child labor, school drop-outs and repetition rates in Brazil. In: XXII ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 1999, Campinas. *Anais do XXII Encontro Brasileiro de Econometria*. SBE, 2000.

Anexo

Apresentamos abaixo uma visão esquemática dos principais eventos estudados e tabulações dos seus determinantes próximos.

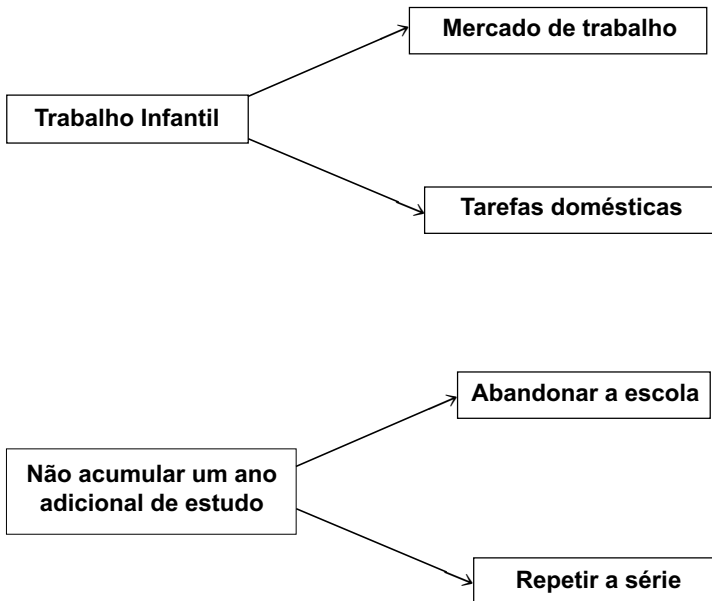


Tabela 1. Análise bivariada — crianças entre 10-15 anos de idade (%).

Universos	Estatísticas			
	Prob. estar trabalhando fora de casa	Prob. fazer tarefas domésticas	Prob. não estar frequentando a escola	Prob. estar atrasado na escola
Total	9,55	1,99	6,96	61,42
Idade da criança				
10 anos	0,82	0,41	1,23	41,19
11 anos	1,54	0,74	1,73	46,30
12 anos	3,43	1,13	2,89	56,48
13 anos	6,37	1,79	5,28	63,18
14 anos	13,36	2,71	9,40	70,07
15 anos	21,66	3,59	14,70	74,99
Atraso				
Criança não atrasada	4,53	0,33	1,06	0,00
Criança atrasada	12,70	3,03	10,67	100,00
Faixas de educação do pai				
0 anos	18,57	5,20	17,69	88,24
1-3 anos	14,22	3,10	11,65	77,11
4-7 anos	9,43	1,73	5,99	64,22
8-11 anos	4,32	0,61	1,77	44,82
12-15 anos	1,77	0,14	0,58	23,52
16 ou + anos	1,43	0,04	0,52	20,73

<i>Universos</i>	<i>Estatísticas</i>			
	Prob. estar trabalhando fora de casa	Prob. fazer tarefas domésticas	Prob. não estar frequentando a escola	Prob. estar atrasado na escola
Faixas de educação da mãe				
0 anos	18,43	5,22	18,22	88,61
1-3 anos	13,59	3,41	11,26	77,76
4-7 anos	8,86	1,40	5,09	62,24
8-11 anos	3,71	0,30	1,29	38,89
12-15 anos	1,68	0,06	0,40	20,09
16 ou + anos	1,23	0,00	0,00	18,90
Áreas metropolitanas				
Porto Alegre	11,62	2,53	10,84	51,95
São Paulo	11,55	1,08	4,93	52,97
Rio de Janeiro	6,22	2,32	6,41	62,09
Belo Horizonte	11,08	2,37	8,25	64,51
Recife	8,94	2,70	7,42	73,02
Salvador	6,20	0,95	3,50	72,31
Quintis de renda do pai				
I	10,15	2,48	8,76	67,96
II	10,47	2,43	8,61	66,47
III	11,44	2,76	8,92	70,48
IV	9,44	1,54	5,78	60,77
V	6,05	0,58	2,22	39,59

<i>Universos</i>	<i>Estatísticas</i>			
	Prob. estar trabalhando fora de casa	Prob. fazer tarefas domésticas	Prob. não estar frequentando a escola	Prob. estar atrasado na escola
Quintis renda permanente do pai*				
I	12,40	3,27	10,55	81,36
II	11,27	2,64	9,71	71,13
III	9,80	2,11	7,81	62,20
IV	8,71	1,44	4,93	55,80
V	5,48	0,43	1,70	36,08
Padrões sazonais				
Abril	5,00	0,99	2,62	46,88
Mai	9,28	1,75	6,15	55,40
Junho	8,80	1,70	6,79	56,39
Julho	8,56	1,67	5,96	57,20
Agosto	9,29	1,90	6,32	57,96
Setembro	8,92	1,86	6,18	60,02
Outubro	10,56	2,24	7,88	64,24
Novembro	9,58	1,98	6,95	64,99
Dezembro	9,93	2,23	7,43	66,18
Janeiro	11,77	2,83	9,90	73,10
Fevereiro	11,36	2,77	9,41	75,16
Março	11,17	2,03	8,10	61,82

<i>Universos</i>	<i>Estatísticas</i>			
	Prob. estar trabalhando fora de casa	Prob. fazer tarefas domésticas	Prob. não estar frequentando a escola	Prob. estar atrasado na escola
Sub-períodos				
82_83	13,24	3,36	10,74	67,29
84_85	11,30	2,83	9,69	66,72
86_87	12,11	2,06	8,21	65,42
88_89	10,04	1,76	7,01	62,56
90_91	10,03	1,69	6,55	62,91
92_93	7,01	1,87	5,64	61,16
94_95	6,16	1,17	4,11	55,51
96_97	5,66	0,88	3,01	53,73
98_99	4,54	0,81	2,40	43,75

Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PME/IBGE.

Resumo

Este artigo persegue três objetivos complementares: i) avaliar comparativamente os indicadores sociais das crianças no Brasil; ii) analisar as conseqüências de longo prazo derivadas do bom desempenho infantil; iii) por último, e mais importante, analisar os determinantes micro e macroeconômicos da repetência escolar, evasão escolar e do trabalho infantil. Ou seja, avaliamos os efeitos de longo prazo da instabilidade econômica medida a nível microeconômico.

As principais variáveis analisadas são aproximações dinâmicas de impulsos e respostas, isto é: de um lado choques de renda no chefe do domicílio e de outro lado, a probabilidade da criança abandonar a escola, repetir a série ou começar a trabalhar.

Situação da infância e adolescência no Chile

CLAUDIA MARTÍNEZ ALVEAR

1. Introdução

A situação da infância e adolescência faz parte do processo de desenvolvimento dos países. É, ao mesmo tempo, uma parcela da população que carece de voz e de participação, razão pela qual a preocupação e os esforços em resolver seus problemas indicam o avanço da democracia.

No Chile verificam-se grandes conquistas, como também importantes desafios. Como a maioria dos países em desenvolvimento, existem no Chile problemas históricos, próprios de nossos países, caminhando lado a lado com problemas mais recentes.

Assim, por exemplo, na área da saúde, ainda existe a desnutrição infantil, e, em contrapartida, a obesidade emerge como um grande problema da atualidade. Na área da educação, aparecem os desafios da globalização e a necessidade de se incorporar ao desenvolvimento tecnológico, convivendo com diferenças no acesso e na qualidade da educação que recebem as crianças e adolescentes pertencentes a diferentes camadas sociais.

Somam-se ainda problemas de consumo de drogas, violência, trabalho infantil e maus tratos. Junto aos desafios institucionais para a implementação dos direitos das crianças, este

trabalho apresenta sucintamente os principais antecedentes, do ponto de vista da autora, que descrevem a situação da infância no Chile, tais como pobreza, educação, saúde, trabalho, maus tratos, legislação específica e drogas.

2. Infância e pobreza

No Chile, os domicílios constituídos por ambos os pais e seus filhos representam 55% do total dos domicílios do país, conforme Pesquisa Suplementária de Insumos do Instituto Nacional de Estatísticas (INE). A seguir, com 16%, encontram-se os domicílios compostos pelo núcleo familiar e outros parentes. As duas categorias acima descritas representam 79% da população nacional.

Conforme dados apurados através da pesquisa de Caracterização Socio-econômica (CASEN), principal fonte de informação para o desenho e análise das políticas sociais, e definindo como infância e adolescência a condição das crianças entre 0 e 17 anos, no Chile 65% das famílias têm crianças. Sendo que as famílias que ocupam a faixa de pobreza são maioria se comparadas com as mais abastadas. Observa-se que a incidência de pobreza é maior no primeiro grupo de famílias. Assim, a incidência de pobreza e indigência é maior para a população com menos de 18 anos. Em 2000, uma de cada três crianças encontrava-se em situação de pobreza, quase o dobro da proporção para maiores de 18 anos.

No mesmo sentido, observa-se que a pobreza e indigência são mais elevadas em domicílios com crianças. Naturalmente, já que a taxa de dependência é, em média, maior nos domicílios pobres. Em 2000, a pobreza nesses domicílios era cinco vezes maior do que a observada em domicílios sem crianças. Entretanto, a pobreza é maior em domicílios com crianças localizadas nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. A tabela 2 apresenta a

concentração de crianças e adolescentes nos setores menos abastados. A tabela 3, a evolução da pobreza em domicílios com e sem crianças.

Tabela 1. *Evolução da pobreza na população maior e menor de 18 anos (%).*

	Menor de 18	Maior de 18	Total
1990	50,7	32,2	38,6
1992	43,8	26,7	32,6
1994	37,9	22,4	27,5
1996	32,4	18,5	23,2
1998	30,3	17,4	21,7
2000	29,1	16,5	20,6

Fonte: MIDEPLAN, Resultados Pesquisa CASEN 1998, Situação da Infância no Chile.

Tabela 2. *População por grupo de idade, segundo categoria de renda autônoma per capita do domicílio em 1998 (%).*

	I	II	III	IV	V	Total
Menor de 18	31,3	24,7	17,9	14,6	11,5	100
Maior de 18	19,4	20,9	20,6	20,5	18,5	100
Total	23,4	22,2	19,7	18,5	16,2	100

Fonte: MIDEPLAN, Resultados Pesquisa CASEN 1998, Situação da Infância no Chile.

Tabela 3. Evolução da pobreza e indigência nos domicílios com crianças (%).

	Com crianças			Sem crianças		
	Indigentes	Pobres não indigentes	Não pobres	Indigentes	Pobres não indigentes	Não pobres
1990	14,2	29,3	56,5	2,9	8,9	88,2
1992	9,7	27,5	62,8	2,1	6,6	91,3
1994	8,3	23,0	68,7	2,2	5,7	92,1
1996	6,4	20,0	73,6	1,8	4,4	93,9
1998	6,2	18,0	75,8	1,8	3,9	94,4
2000	6,3	16,9	76,8	1,4	3,0	95,6

Fonte: MIDEPLAN, Resultados Pesquisa CASEN 2000, Situação da Infância no Chile.

3. Educação

De acordo com o Ministério da Educação, o tempo de permanência em estabelecimentos de ensino no Chile é de 10,2 anos e o analfabetismo atinge 4,4% da população. Existem no país os seguintes níveis de ensino: pré-escolar, para menores de 5 anos; básico e obrigatório, com 8 anos de duração; ensino médio, com 4 anos, que pode ser baseado em ciências humanas ou técnico; e o ensino superior, ministrado pelas universidades, institutos profissionais e centros de formação técnica.

A educação básica é a única fase de ensino obrigatória, e por isso sua frequência no ano de 2000 foi de 98,6% entre as crianças na faixa etária adequada. As diferenças aparecem na abrangência do ensino pré-escolar e superior, assim como na qualidade dos mesmos.

A tabela 4 apresenta uma tendência, que se manifesta ano após ano, de aumento dos índices de abrangência da pré-escola entre 1990 e 2000, de 20,9% para 32,4%, sendo que o aumento é tanto maior quanto maior é o nível de renda. Pela reconhecida importância que a pré-escola tem na socialização e no desenvolvimento das habilidades das crianças, o atual governo tem como meta atender a 120.000 crianças para melhorar estes índices.

Os estabelecimentos de ensino básico e médio no Chile podem ser de três tipos: municipal, particular subsidiado ou particular pago. O último caso corresponde a colégios privados com autonomia administrativa e financeira. Os dois primeiros obtêm seus recursos através de um sistema de *vouchers*. Os municípios são administrados pelas prefeituras (governos municipais), enquanto os estabelecimentos particulares pagos são administrados por grupos privados.

Em 2000, 3.508.509 alunos estavam matriculados entre pré-escola, ensino básico, médio e superior. Desse total, 53,7% frequentaram estabelecimentos subsidiados pelas prefeituras,

Tabela 4. Cobertura por período de cinco meses de renda autônoma per capita do domicílio, segundo o nível de ensino, de 1990 a 2000 (%).

	Ano	I	II	III	IV	V	Total
Pré-escola	1990	16,9	17,5	20,4	27,2	32,4	20,9
	2000	25,5	29,6	32,7	37,6	50,2	32,4
Básica	1990	95,5	96,9	97,6	97,5	98,9	96,8
	2000	97,7	98,6	98,9	99,3	99,7	98,6
Média	1990	73,3	76,3	80,5	87,2	94,3	80,3
	2000	82,3	88,0	92,4	96,1	98,5	90,0

Fonte: MIDEPLAN 2000.

35,8% freqüentaram estabelecimentos particulares subsidiados e 8,9% freqüentaram estabelecimentos particulares pagos. Existe uma segmentação muito clara conforme setores econômicos nesses três tipos de estabelecimento de ensino.

O foco na educação básica encontra-se na melhora da sua qualidade. Para aferir a eficiência de uma escola utiliza-se a taxa de repetência dos alunos, assim como os pontos obtidos na prova SIMCE (Sistema de Medição da Qualidade da Educação), realizada no 4º ano do nível básico e no 2º ano do nível médio.

Em relação à repetência, observa-se que, em 2000, menos da metade das crianças (47,9%) terminaram o ensino básico sem ter repetido nenhum ano. A taxa de repetência é menor nos colégios particulares pagos, o que implica, naturalmente, que nesses estabelecimentos é maior a percentagem de alunos que completam o ensino básico. Quanto à qualidade da educação, as tabelas 5 e 6 apresentam os resultados totais da prova SIMCE, assim como segundo o tipo de estabelecimento para o 2º ano do ensino médio e o 8º ano do ensino básico, respectivamente.

Tabela 5. Pontos na prova SIMCE segundo tipo de estabelecimento para o 2º ano do ensino médio em 1998.

Tipo de estabelecimento	Média de pontos	
	Língua	Matemática
Municipal	236,3	236,6
Particular subsidiado	253,5	252,4
Particular pago	296,9	299,2
Total	250,0	250,0

Fonte: Ministério da Educação, Chile.

Tabela 6. Pontos na prova SIMCE segundo tipo de estabelecimento para o 4º ano do ensino básico em 1999.

Tipo de estabelecimento	Média de pontos	
	Língua	Matemática
Municipal	238	239
Particular subsidiado	258	256
Particular pago	298	298
Total	250	250

Fonte: Ministério da Educação, Chile.

Em ambos os níveis, observa-se uma diferença nos resultados segundo o tipo de estabelecimento. Os melhores resultados são obtidos nos estabelecimentos particulares pagos, seguidos pelos estabelecimentos particulares subsidiados, e por último encontram-se os estabelecimentos municipais.

Existem vários trabalhos que tentam interpretar essas diferenças e seu relacionamento com a qualidade do ensino recebida pelos alunos. Isso se deve a que, naturalmente, os resultados educacionais não dependem só da escola, mas também das condições existentes nas famílias dos alunos e do nível de investimento realizado por aluno. Nesse sentido, argumenta-se que alunos dos colégios particulares pagos ocupam camadas sociais mais elevadas, com pais com alto nível de educação e com maior investimento por aluno.

Os alunos que freqüentam colégios particulares subsidiados provém de famílias cujos pais estão mais motivados pela

educação dos filhos, enquanto os estabelecimentos municipais seriam a alternativa de todas aquelas crianças que não podem frequentar os outros estabelecimentos. Neste último tipo de estabelecimento existem sérios problemas administrativos, devido ao fato de pertencerem em parte à administração pública, o que faz com que tenham menor autonomia e liberdade para tomar decisões.

Finalmente, vale assinalar que em 1997 começou uma reforma educacional e, junto com ela, a extensão da jornada escolar. De acordo com informações do Ministério da Educação, até dezembro de 2000 foram incorporados 63% dos estabelecimentos subsidiados do país.

Existem ainda iniciativas que tendem a melhorar a qualidade da educação para os grupos menos favorecidos, tais como o Programa P 900 (apoio às novecentas escolas mais carentes do país) e o Programa de Apoio às Escolas Rurais.

Em relação ao ensino médio no Chile, embora este não seja obrigatório, é de grande importância e abrangência. O governo tem como meta elevar a permanência média na escola para 12 anos, o que, na prática, significa a conclusão do ensino médio. Entre 1990 e 2000, a cobertura aumentou de 80,3% para 90,0%, porém mantém-se a diferença originada pelo nível de renda.

Com relação ao aproveitamento, de acordo com o Ministério da Educação, em 2000 51,6% dos alunos finalizaram o ensino médio dentro dos quatro anos previstos, a média para completar o ciclo sendo menor nos colégios particulares pagos (igualmente para o caso do ensino básico). Por outro lado, se os resultados da prova SIMCE aplicada aos alunos do 2º ano do ensino médio entre 1994 e 1998 acenam com um aumento na qualidade do ensino, ao mesmo tempo mostram importante discrepância nos pontos obtidos conforme o tipo de estabelecimento frequentado pelos alunos.

Encontra-se em desenvolvimento o Programa de Melhoria do Ensino Médio, Projeto *Montegrande*, que apoia projetos

educativos inovadores e o programa de licenciatura, promovendo a permanência dos jovens nos estabelecimentos de ensino.

Finalmente, no ensino superior, o reflexo da qualidade de ensino e das oportunidades dependem do nível de renda que as famílias possam sustentar. As instituições de ensino superior correspondem a universidades, institutos profissionais e centros de formação técnica. As primeiras podem ser públicas ou particulares, tradicionais ou não, e selecionam seus alunos através de uma prova realizada ao final do ensino médio denominada Prova de Aptidão Acadêmica (PAA).

As universidades obtêm seus recursos através do aporte direto do Estado (somente para universidades tradicionais), acordado conforme critérios históricos; através do aporte estatal indireto, de acordo com a pontuação da PAA dos alunos matriculados na universidade; de fundos de investimentos e da cobrança de mensalidade dos alunos. As mensalidades para universidades tradicionais podem ser pagas através de crédito universitário, financiado com recursos estatais, com condições mais vantajosas se comparadas a outros tipos de financiamento. Alunos de universidades não-tradicionais podem ter acesso ao crédito CORFO, que apresenta condições mais vantajosas que as de mercado, porém não tão atrativas como as oferecidas para as universidades tradicionais.

Por outro lado, os centros de formação técnica, assim como os institutos profissionais, obtêm seus recursos através do pagamento da mensalidade pelos alunos. A partir do ano de 2002, será aberta uma linha de crédito para alunos matriculados em universidades e institutos profissionais autônomos. O Ministério da Educação está trabalhando sobre uma proposta que permite aos alunos ter acesso a crédito e bolsas, independentemente do tipo de estabelecimento que freqüentem. De acordo com o Ministério da Educação, em 2000 o número de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino superior foi de 452.347, dos quais 70,5% eram matriculados em universida-

des, 17,7% matriculados em institutos profissionais e 11,8% em centros de formação técnica.

Neste cenário, a desigualdade na educação apresenta-se, em primeiro lugar, pela segmentação dos alunos no que se refere à média das notas, pois quem frequentou melhores colégios recebe preparação específica para a PAA e obtém melhor nota nessa prova, podendo ingressar em universidades tradicionais. Também através da PAA, esse aluno pode ter acesso, na melhor das hipóteses, somente a um subsídio indireto de sua educação (através do aporte direto), podendo, além disso, por falhas na focalização, ter acesso a créditos atraentes para financiar as mensalidades. Por outro lado, os estudantes com menor renda, que frequentaram colégios com financiamento estatal, obtêm baixa pontuação na PAA e, conseqüentemente, não ingressam nas universidades tradicionais.

Conhecido o efeito que a educação exerce sobre a renda das pessoas, essa segmentação claramente sedimenta a inter-relação das condições econômicas dos jovens.

4. Saúde

De acordo com a pesquisa CASEN, em 2000 10,9% da população com menos de 18 anos tem acesso ao sistema particular de saúde, 81,2% ao sistema público e o 7,8% restante a algum outro sistema.¹

A situação de desnutrição no país mostrou melhoria entre 1994 e 2000. Em 1994, 87% dos menores de 6 anos encontravam-se em estado normal, 2,3% com risco de desnutrição, 2,1% apresentando quadro de desnutrição e 6,5% com obesidade. Em 2000, 84% das crianças dessa faixa etária encontravam-se em estado normal, 2,3% com risco de desnutrição, 0,7% apresen-

1. Fonte: MIDEPLAN, 2000.

tando quadro de desnutrição e 11,3% com obesidade. É evidente a mudança da composição nutricional, sendo a obesidade o principal problema da atualidade, superando o problema da desnutrição.

De acordo com o INE (Instituto Nacional de Estatísticas) a taxa de mortalidade infantil diminuiu de 12 para 10 por cada 1000 crianças nascidas vivas, entre 1994 e 1998. A taxa de mortalidade materna diminuiu de 0,3 para 0,2 por cada 100 crianças nascidas vivas. A taxa de assistência profissional do parto aumentou de 99,4% para 99,7% no mesmo período.

5. Marcos institucionais

Em 1990, ratificou-se a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (CIDN), em seu caráter vinculante, incorporada como lei da República. É um novo paradigma para a consideração das políticas públicas a favor da infância, mais que somente um instrumento internacional que estabelece um novo catálogo básico a favor de crianças e adolescentes.

No âmbito legal, se está promovendo uma reforma na legislação, pondo fim ao antigo estatuto da criança e do adolescente, substituindo-o por um novo estatuto alinhado com os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança. Nela são estabelecidos novos procedimentos para infrações juvenis no que diz respeito a penalidades, com o que os jovens poderão gozar plenamente das garantias próprias do processo. Além disso, a Convenção busca incentivar o senso de responsabilidade dos adolescentes e privilegiar as medidas sócio-educativas em relação à privação da liberdade.

Nos últimos anos foram aprovadas leis que adequaram o ordenamento jurídico chileno aos acordos internacionais em questões como adoção e filiação. A lei de filiação está em vigor

desde 1999 e estabelece um estatuto igualitário para toda classe de filhos, consagra os mesmos direitos em matéria de sucessão, emancipação e de alimentos e ainda elimina as menções discriminatórias contidas no Código Civil. Isto se faz particularmente relevante, dado que parte importante, aproximadamente 40,5% das crianças nascidas vivas e 71,2% das crianças cujas mães são menores de 20 anos,² são filhos ilegítimos. No mesmo sentido, 16,2% das crianças nascidas em 1998 são filhos de mães adolescentes.

Em agosto de 2000, uma comissão interministerial coordenada por MIDEPLAN entregou ao presidente da República o documento “Bases da Política Nacional de Infância e Adolescência”, em que se estabelece como objetivo a sensibilização, promoção e difusão dos direitos da infância e adolescência, o apoio ao fortalecimento das famílias como principais responsáveis do desenvolvimento integral de seus filhos, a coordenação e o desenvolvimento das políticas públicas com perspectiva de direitos, a provisão de serviços especiais para a proteção integral dos direitos da infância e adolescência e a promoção e incentivo da participação infantil.

6. Trabalho na adolescência

6.1 Trabalho juvenil

As estatísticas do trabalho juvenil (15-24 anos) mostram que este é o setor mais afetado pelo desemprego. Em média, a taxa de desemprego é mais do que o dobro da taxa apresentada pelo restante da população. Segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística), em setembro de 2001 a taxa de desem-

2. Fonte: Anuário de Demografia INE. Cifra para 1995.

prego nessa faixa etária foi de 22,9%, enquanto a média nacional foi de 10,1%.

Porém, a maioria desses jovens ainda mora com seus pais. De acordo com a pesquisa CASEN 1998, somente 8,2% dos jovens entre 15 a 19 anos eram chefes de família, índice que aumenta para 18,4% para a faixa etária compreendida entre 20 e 24 anos. Portanto, a subsistência dos jovens desempregados não depende da renda que eles geram, mas sim da proteção que encontram no seu núcleo familiar.

De acordo com informações fornecidas pelo Ministério do Trabalho (Observatório Laboral nº 2), 68% dos jovens desempregados entre 15 e 19 anos não terminaram o ensino médio e 17,5% não concluíram sequer o ensino básico. Na faixa entre 20 e 24 anos a situação melhora discretamente, em que 40,3% dos jovens não completaram o ensino médio e 12% não completaram o ensino básico. Esta condição restringe claramente o tipo de trabalho ao qual podem optar e o nível de salário ao qual podem almejar.

De acordo com a mesma fonte, desde 1990 observa-se uma queda na força de trabalho juvenil. Esta queda poderia ser explicada por um aumento do número de jovens estudando e não por um aumento dos índices de desemprego.

6.2 Trabalho infantil

Em junho de 2000 ratificou-se o Convênio 182 da OIT, “A proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação”. A pesquisa CASEN de 1996 incluiu uma questão sobre trabalho infantil, dado não recolhido pelas pesquisas de emprego tradicionais. A pesquisa apontou que 0,9% das crianças entre 6 e 12 anos participava da força de trabalho, assim como 4,2% das crianças entre 12 e 14 anos.

Dados fornecidos pelo UNICEF em 1998³ caracterizam as crianças que trabalham como sendo predominantemente meninos, que continuam freqüentando a escola (63%) e trabalham em setores tradicionais relacionados com atividades agrícolas, serviços domésticos e comércio estabelecido. Ao mesmo tempo, 7 de cada 10 crianças que trabalham manifestam gostar da atividade que realizam.

7. Maus tratos na infância

Existe uma deficiência na informação sobre maus tratos na infância. Cifras do UNICEF de 1994 mostram que 63% das crianças são vítimas de algum tipo de violência física por parte de seus pais, 14,5% de violência psicológica, e que 22,5% não sofre nenhum tipo de violência.⁴ A tabela 7 apresenta o tipo de violência familiar de acordo com o nível socioeconômico. Observa-se que a violência psicológica é maior nos níveis socioeconômicos mais altos, a violência física leve é similar em todas as camadas sociais e a violência física grave é significativamente maior nos níveis socioeconômicos mais baixos.

Diversos estudos reportados pelo UNICEF (2000) mostram que as vítimas de maus tratos físicos são majoritariamente meninos e, no caso de abusos sexuais, meninas. O abuso sexual é realizado geralmente por um familiar. A mãe é agressora numa proporção de 6 para 4 em relação ao pai. A presença do alcoolismo ou problemas psiquiátricos, um grande número de filhos, desemprego, pobreza e histórico violento dos agressores são fatores associados aos maus tratos na infância.

3. Pesquisa Mori-UNICEF, agosto 1998. Ver UNICEF (2000).

4. Fonte: UNICEF. Resultado da Pesquisa “La Voz de los Niños y las Niñas”. Jun-Jul 1994.

Tabela 7. *Violência familiar e nível socioeconômico (%)*.

Nível socio-econômico	Sem violência	Violência psicológica	Violência física leve	Violência física grave
Baixo	21,9	11,1	28,0	39,1
Médio	23,8	15,8	29,3	31,2
Alto	20,9	24,6	29,6	24,6

Fonte: Relações Familiares e Maltrato Infantil, UNICEF e Departamento de Psicología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile, Santiago de Chile, 1997.

8. Drogas

De acordo com informações fornecidas pelo Conselho Nacional para o Controle de Entorpecentes (CONACE), a

Tabela 8. *Consumo de drogas ilícitas por faixa etária (%)*.

	1994	1996	1998	2000
12-18 anos	6,06	7,05	8,14	8,38
19-25 anos	9,37	10,61	13,12	15,63
26-34 anos	5,30	3,85	5,52	7,78
35-44 anos	1,83	0,98	2,00	2,67
45-64 anos	0,15	0,16	0,49	0,46

Fonte: CONACE (2001).

porcentagem de pessoas que declararam ter consumido drogas no último ano é de 6,28% a nível nacional. Este índice se concentra na população jovem. A tabela 8 mostra a evolução do consumo desde 1994.

9. Conclusão

A situação da infância e adolescência no Chile mostra avanços e desafios. Em termos de pobreza, é preocupante e cada vez mais evidente a sua concentração em domicílios menos favorecidos, e devem-se procurar mecanismos para suavizá-la. A entrega de alimentos nas escolas, o acesso a métodos de planejamento familiar e o cuidado de crianças que facilite o trabalho das mães podem ser mecanismos nesse sentido.

A melhora na qualidade e o acesso à educação é um desafio prioritário para o país. Com uma reforma em andamento, faz parte do discurso público sua importância em termos de igualdade, como também para o desenvolvimento do país. Existem diversas formas de integração ao processo de globalização e o país está empenhado, ao menos em seu discurso, a fazê-lo adequadamente.

Análises de diversos países mostram que a globalização cria grandes oportunidades e pode aumentar a igualdade, em termos de crescimento do anonimato e da ampliação das fontes de financiamento. Entretanto, ao mesmo tempo, aumenta a desigualdade entre os países assim como no interior deles, devido ao importante prêmio que obtêm os mais capacitados. Em meio a todos esses desafios, o Chile deveria continuar empenhado em ampliar a educação básica, continuar e avaliar a reforma educacional e criar um sistema de financiamento para o ensino superior que permita melhorar as oportunidades de acesso e assegure a qualidade de ensino.

Em relação à saúde pública, políticas adotadas há décadas obtiveram excelentes resultados. Neste sentido, os desafios encontram-se nas novas patologias que aparecem na sociedade, sem esquecer que, por pequenas que sejam as cifras, ainda sofremos problemas de países pobres, como o consumo de drogas.

No âmbito institucional, a adequação da agenda legislativa às convenções internacionais é uma boa notícia. Em particular, a lei de filiação extinguiu a existência de cidadãos de diferentes categorias, que nasciam com suas certidões marcadas. A potencial reforma do sistema de menores é uma meta desejável. Mantém-se também o importante desafio de estabelecer uma legislação para a família, que a proteja, mas que inclua as diferentes situações que se produzem em seu núcleo. É particularmente ridícula a inexistência de uma lei do divórcio e a existência, em sua substituição, de um mecanismo de anulação, através do qual, com normas administrativas, estabelece-se que o vínculo nunca existiu. Para as crianças e jovens de casais cujo casamento fracassou, a inexistência da lei do divórcio os coloca numa situação desprotegida.⁵

Os maus tratos na infância colocam à prova o sistema institucional na sua capacidade de proteger suas crianças. É de radical importância mostrar as diferentes formas de maus tratos e delimitar os “incentivos” educacionais que os pais podem aplicar legitimamente.

Finalmente, o problema do trabalho infantil é um problema de pobreza, e devem ser feitos todos os esforços necessários para combatê-lo. No caso dos jovens, a existência de altas taxas de desemprego mostra a necessidade de melhorar as suas habilidades para que possam ser utilizadas em futuros empregos. Nesse sentido, melhorar a qualidade da educação, no tocante à retenção e às oportunidades no sistema educacional, assim

5. Tramita atualmente no Congresso uma lei do divórcio.

como também os programas de aprendizagem no trabalho, são alternativas para diminuí-lo.

Referências bibliográficas

- CHILE. GOBIERNO DE CHILE. *Política nacional y Plan de Acción Integrado a favor de la Infancia y Adolescencia*. 2001-2010. Santiago de Chile, 2001.
- CHILE. MINISTERIO DE EDUCACIÓN. *Compendio de información estadística educacional año 2000*. Santiago de Chile: ME, 2001.
- CHILE. MINISTERIO DEL TRABAJO Y PREVISIÓN SOCIAL. *Observatorio Laboral*, n. 2, ago. 2001.
- CONSEJO NACIONAL PARA EL CONTROL DE ESTUPEFACIENTES (Chile). *Cuarto Estudio Nacional de Consumo de Drogas en Chile*. Septiembre-Diciembre 2000. Informe Ejecutivo. Santiago de Chile: CONACE, 2001
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS (Chile). *Compendio estadístico 2000*. Santiago de Chile: INE, 2000.
- UNICEF. *Indicadores Relevantes 2000*. Chile se construye con todos sus niños y adolescentes. Santiago de Chile: UNICEF, 2000.

RESUMO

A situação da infância e adolescência no Chile apresenta conquistas e desafios próprios de países desenvolvidos, assim como de países em desenvolvimento. Assim, verificam-se problemas oriundos da pobreza — uso de drogas, maus tratos e trabalho infantil —, convivendo com problemas de qualidade de ensino e desafios institucionais. Este trabalho descreve os principais aspectos dessa realidade.

A atitude da juventude alemã diante da atuação política: uma comparação internacional¹

DETLEF OESTERREICH

Desde o início dos anos 70, não se realizou mais nenhuma pesquisa empírica representativa de comparação internacional sobre a formação política de jovens. Em 1975, foi publicado o primeiro estudo da *International Association for the Evaluation of Educational Achievement* (IEA), referente à formação política de jovens (TORNEY, OPPENHEIM e FARNER, 1975). O estudo baseia-se em enquetes representativas de jovens de dez nações ocidentais industrializadas. As mudanças na situação política mundial nos anos 90, após o término do confronto Oriente-Occidente, mas também desenvolvimentos das últimas décadas, como a crescente conscientização ambiental, as exigências do movimento feminista e de outros movimentos sociais em favor da equiparação de direitos, a renascença do liberalismo econômico, crescentes conflitos étnicos etc., recomendam uma nova investigação transnacional da formação política dos jovens. Em resposta a uma iniciativa de Judith Torney-Purta, a IEA empreendeu em 1994 uma segunda pesquisa sobre a formação política de jovens. Desde 1996, o Projeto de Formação Cívica

1. A versão em alemão deste artigo foi publicada em *Aus Politik und Zeitgeschichte*, n. 50, 7 dez. 2001.

do Instituto Max Planck de Pesquisa Educacional, de Berlim, é parte desse estudo internacional.

1. A abordagem do projeto da IEA

Que conceito de formação política serviu de base para a pesquisa? Quais são os objetivos gerais de ensino na formação política, quais os objetivos de aprendizado a alcançar e que matérias se pretende transmitir? Existe grande diversidade de abordagens na área da formação política, tanto com vistas a objetivos e conteúdos como também aos métodos de ensino. Isso faz com que a situação de partida para pesquisas científicas nessa área seja diferente de estudos sobre as disciplinas de ciências exatas ou naturais. A competência nas matérias exatas ou de ciência natural é definida a partir do grau de conhecimento dos alunos nas próprias disciplinas específicas. Já na área da formação política, valores, tradições nacionais e problemas atuais são critérios de análise importantes.

Em sentido restrito, pode-se entender por formação política o estudo das instituições, ou seja, a aquisição de conhecimentos referentes à respectiva constituição e às regulamentações básicas da convivência política, mas também a aquisição de competências que capacitem para a atuação democrática. Neste último sentido mais amplo, a formação política incluirá então também o aprendizado social e a socialização política.

Para um projeto comparativo internacional, isto significará que, antes de tudo, dever-se-á obter um consenso sobre qual potencial de conhecimento político, posicionamentos, disposições de ação e competências democráticas os jovens de determinada faixa etária deveriam possuir. Somente sobre a base de consensos baseados no “máximo denominador comum” é que será então possível desenvolver questionamentos

e instrumentos de medição comuns. Por essa razão, o projeto foi organizado em duas fases: antes da execução da coleta de dados internacional por meio de questionários, na segunda fase, houve uma primeira fase de busca de consenso sobre os objetivos da formação política e das suas tradições e condições nos atuais países.

Nessa primeira fase (de 1994 a 1997), elaboraram-se análises da situação da formação política em todos os países participantes, que foram depois publicadas na forma de estudos de casos nacionais (TORNEY-PURTA, SCHWILLE e AMADEO, 1999, HANDLE, OESTERREICH e TROMMER, 1999). Os estudos de caso fornecem um panorama das condições gerais e dos objetivos centrais da educação política nos países participantes. Sobre essa base desenvolveu-se um questionário comum.

Na segunda fase do projeto (com início em 1997), foram entrevistados, em amostras representativas, pouco menos de 95.000 jovens (na Alemanha, pouco menos de 4.000) na faixa etária entre 14 e 15 anos, em 28 países participantes da pesquisa. Esta foi levada a cabo em 1999 — na maioria dos países, na primavera. Para a elaboração do questionário, selecionaram-se três temas principais: democracia, nação e relacionamento com minorias. Esses temas foram tratados nos planos do conhecimento político, dos posicionamentos políticos e da disposição para a ação política.

Tal procedimento não permite testar certas questões derivadas de um contexto teórico, mas tem a decisiva vantagem de que os assuntos presentes no questionário são considerados relevantes em todos os países que participaram da pesquisa. Na verdade, apenas um tal procedimento consensual pode garantir a validade de uma pesquisa comparativa internacional sobre formação política.

2. População da pesquisa e levantamento

O objetivo desse estudo internacional foi avaliar o conhecimento, os posicionamentos e a disposição para atuação na área política de estudantes em fim de curso de nível médio. Como, porém, o período escolar varia de país para país (em alguns países, são apenas oito anos), entrou-se em um acordo com base no mínimo denominador comum e decidiu-se entrevistar jovens naquela série que no momento da pesquisa (primavera de 1999) tivesse a maior parcela dos jovens de 14 anos. Na Alemanha e na maioria dos outros países, trata-se da 8ª série.

A amostra alemã do estudo consistiu de 227 escolas. Três estados da Federação negaram permissão para a pesquisa (Baixa Saxônia, Bremen e Hessen), e um estado (Baden-Württemberg) permitiu-a somente para determinados tipos de escola.² Reduziu-se, assim, a amostra inicial para 184 escolas, com aproximadamente 4.500 jovens. Desses, 3.783 responderam ao questionário: de qualquer forma, são 82% da amostra extraída.

A apresentação de resultados que se segue enfatiza a atitude diante da atuação política dos jovens alemães numa comparação internacional. Uma análise abrangente e diferenciada dos dados alemães (distinção por sexo, comparação leste-oeste e tipo de escola) será publicada no início de 2002 com a apresentação dos resultados alemães do projeto *Civic Education* (OESTERREICH, no prelo). Ali também serão apresentadas as análises referentes a outras áreas temáticas da pesquisa. A avaliação abaixo é feita com referência às respostas a pergun-

2. As recusas de alguns dos estados baseiam-se principalmente na acusação de falta de validade curricular do teste internacional de conhecimento. Requeria-se que o teste de conhecimento da pesquisa refletisse o currículo dos estados alemães. Como já se expôs, no âmbito de uma pesquisa internacional isso, necessariamente, não pode ser assegurado. (Os tipos de escola em que esses estudos foram permitidos, no caso do estado de Baden-Württemberg, são *Haupt* e *Realschulen*, sem equivalente no sistema brasileiro. N. do T.)

tas individuais sendo apresentadas porcentagens de concordância com perguntas individuais. Para análises mais complexas, indica-se novamente a apresentação plena da contribuição alemã ao projeto, a ser publicada em 2002.

3. A atitude diante da participação política de jovens alemães numa comparação internacional

Nas últimas décadas, o conceito de disposição para a ação política passou por uma nítida transformação. Enquanto nas décadas de 1950 e 1960 se entendia por isso principalmente uma participação nos processos democráticos e parlamentares de decisão, com ênfase na disposição para o voto e a cooperação em partidos políticos (VERBA e NIC, 1972), nas últimas décadas o conceito vem sendo interpretado de forma mais ampla, passando a integrar todas as formas de atividade política. Assim, Max Kaase define participação política como

“um comportamento social orientado para objetivos coletivos, que se constitui numa interação complexa entre estruturas institucionais, eventos políticos concretos, vinculação a grupos e características individuais.”
(KAASE, 1996:525)

Essa definição inclui tanto as atividades políticas convencionais (como, por exemplo, votar) como as não-convencionais (tais como protestos e demonstrações); além disso, está aí incluída a organização em iniciativas sociais de cidadania ou grupos defensores do meio ambiente ou dos direitos humanos. Também o comportamento social, na medida em que extrapole o âmbito individual, orientando-se para objetivos coletivos, bem como a disposição psíquica necessária para isso, são entendidos como parte ou condições constitutivas do processo de ação política.

A participação política convencional inclui os elementos do cumprimento de obrigações democráticas (como votar) e de par-

ticipação política ativa (por exemplo, ingresso num partido). Nas formas de participação não-convencional podem-se distinguir as formas legais — entre as quais se incluem atividades políticas sociais e protestos pacíficos — e as ilegais, como descumprimento de regras e comportamento de natureza criminoso.

Em todos os 28 países participantes da pesquisa, a educação para a atuação política democrática é considerada uma contribuição importante para a formação política, ainda que a distribuição entre os itens centrais da formação política, ou seja, o conhecimento político, os posicionamentos políticos, a competência democrática e a disposição para atuação política, variem. Na Alemanha, as diretrizes gerais e os currículos dos diversos estados enfatizam principalmente a disposição para a ação democrática com responsabilidade social (TROMMER, 1999:80 e ss.). Mesmo especialistas da enquete por nós realizada, em 1997, sobre as metas de aprendizado no segundo grau votam a favor de uma disposição para atuação política que não tente apenas impor interesses particulares, mas que se oriente pelo benefício coletivo (OESTERREICH, HÄNDLE e TROMMER, 1999:175 e ss.).

Participação na vida política

A pesquisa formulou um total de doze perguntas relativas ao comportamento político. Essas perguntas já foram formuladas de forma semelhante em várias pesquisas nacionais e internacionais. Elas abrangem questões relativas a cinco complexos temáticos:

- comportamento político convencional, como votar ou informar-se sobre os candidatos antes da votação;
- comportamento político ativo convencional, como ingresso num partido político, deixar-se eleger, escrever

- cartas a jornais sobre problemas sociais e políticos;
- engajamento social, como coleta de dinheiro para alguma boa causa ou ajudar pessoas pobres e idosas;
 - atividades legais de protesto, como participação em demonstrações de protesto pacíficas ou coleta de assinaturas para cartas abertas; e
 - atividades de protesto ilegais, como ocupação de prédios públicos a título de protesto, ou bloqueio do trânsito.

Cabe aqui perguntar em que medida perguntas relativas a comportamento político com engajamento social traduzem realmente um comportamento político e não apenas um comportamento social. Pode-se entender a coleta de dinheiro para boas causas ou o investimento de tempo para ajudar pessoas pobres e idosas como atividades puramente sociais, sem fundamentação política. O modo de se enquadrar tais questões dependerá da respectiva definição de atividade política, especialmente daquilo que jovens de 14 e 15 anos entendem por atividade política. Cabe registrar que, para os jovens dessa faixa etária, as mencionadas atividades sociais estão mais próximas da realidade que as questões de atividade política em sentido mais restrito: jovens de 14 e 15 anos podem coletar dinheiro para boas causas, mas não votam, nem podem candidatar-se a cargos políticos.

A questão do caráter político da atividade social aborda um problema fundamental: será que jovens de 14 ou 15 anos sequer podem atuar politicamente? E se puderem: como se configuraria uma participação política de jovens dessa faixa etária? Se atribuirmos a política ao mundo dos adultos, então para os jovens dessa faixa etária a política será algo predominantemente abstrato, que para eles ainda se situa no futuro. É claro que a política é um ambiente do mundo adulto, e a formação política pretende justamente preparar o ingresso dos jovens nesse mundo dos adultos. Ainda assim, parece fazer sentido manter o con-

ceito da formação política entre crianças e jovens aberto para formas preliminares de atuação política. No âmbito da interpretação ampla da atuação política, tal como é postulada, por exemplo, por Kaase (1996), tais atos, seguramente, são políticos, já que o comportamento social não se orienta por objetivos individuais e sim coletivos. Mas mesmo se não se aceitar uma definição tão ampla, será necessário designar as mencionadas atividades sociais, tais como foram levantadas pelo questionário, no mínimo como formas preliminares de atuação política, ou como formas de atuação política realizáveis por jovens.

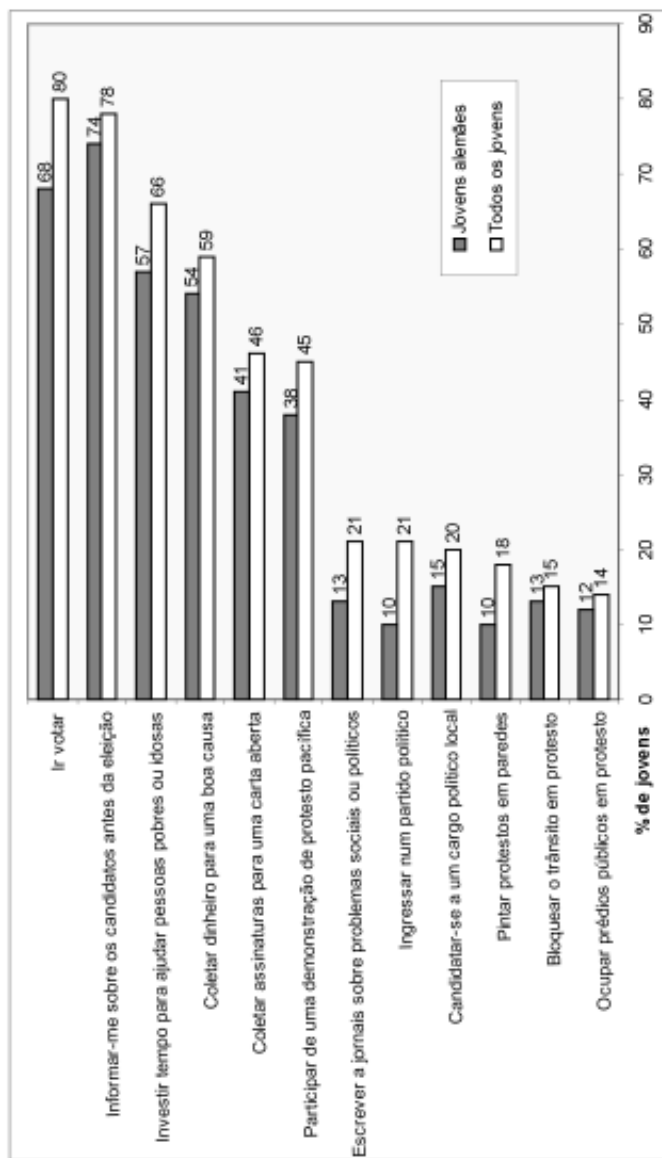
As repostas dos jovens reproduzidas no gráfico 1 mostram que a disposição de engajamento social é, em geral, grande; a disposição para atuação política ilegal é pequena; e, finalmente, a disposição para a atuação convencional é extremamente variável — dependendo de se tratar de cooperação ativa ou passiva.

Na área da atuação política convencional aparece uma clara dicotomia na disposição para o engajamento político: a disposição para cumprir as obrigações democráticas, como comparecer às eleições ou informar-se previamente sobre os candidatos, é nitidamente maior que aquela para participação política convencional, como ingresso num partido ou candidatura para um cargo político.

A seguir, passar-se-á a uma análise mais diferenciada desses resultados em relação a países específicos. Para isso, os 28 países foram reunidos em grupos. Essas análises destinam-se a permitir um enquadramento na disposição para a atividade política dos jovens na Alemanha: não queremos nem podemos analisar aqui a disposição para a atividade política nos outros países que participaram da pesquisa.

Os critérios de agrupamento dos países baseiam-se em características comuns entre eles, tais como posição geográfica, tradição cultural, prosperidade econômica e situação política geral. Distinguimos entre:

Gráfico 1: Disposição para participação na vida política (concordância em porcentagem).



1. países industrializados ricos (Alemanha, Suíça, EUA, Austrália, Inglaterra, Suécia, Dinamarca, Noruega, Bélgica — parte francófona —, Itália);
2. países egressos do socialismo (Rússia, Polônia, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Lituânia, Letônia, Hungria, Romênia, Bulgária);
3. países menos prósperos no sul da Europa e na América do Sul, com fortes movimentos sociais (Chipre, Grécia, Portugal, Colômbia, Chile).

As tabelas 1, 2 e 3 apresentam os valores referentes a esses três grupos e, separadamente, os valores referentes aos jovens alemães.

Além disso, relacionam-se outros países individuais que apresentaram diferenças nítidas e oferecem informações adicionais importantes para a interpretação dos dados.

A comparação internacional mostra que os jovens alemães têm menos disposição para a atividade política convencional que a média dos jovens de outros países (Tabela 1). Isto se aplica principalmente à disposição para votação, à disposição de ingressar num partido político e à disposição de deixar-se eleger. Os números sobre a disposição dos jovens alemães de informar-se sobre os candidatos antes da eleição estão dentro da média.

A disposição para participação ativa convencional é aproximadamente tão grande ou pequena quanto aquela para comportamento político ilegal.

Com relação à disposição para protesto político ilegal, os jovens alemães situam-se dentro da média dos países industrializados ricos (Tabela 2). Nos países menos prósperos do sul da Europa e da América do Sul, por outro lado, essa disposição está muito mais pronunciada. Assim, por exemplo, na Grécia, 30% concordam com a disposição de pichar paredes com frases de protesto. 42% declaram-se dispostos a bloqueios de protesto, e 41%, à ocupação de prédios públicos.

Tabela 1. Formas convencionais de participação política numa comparação internacional (concordância em percentagem).

	Alemanha	Países industrializados ricos	Países ex-socialistas	Países menos prósperos do sul da Europa e da América do Sul	Média internacional
Quando eu for adulto/a, provavelmente irei votar.	68	79	79	85	80
Quando eu for adulto/a, provavelmente me informarei sobre os candidatos antes de votar.	74	75	75	85	76
Quando eu for adulto/a, provavelmente me candidatarei a algum cargo político na cidade.	15	13	23	26	27
Quando eu for adulto/a, provavelmente ingressarei num partido político.	10	16	19	34	21

Tabela 2. *Protesto político ilegal numa comparação internacional (concordância em percentagem).*

	Pichar paredes com frases de protesto	Bloquear o trânsito em protesto	Ocupar prédios públicos em protesto
Alemanha	17	13	12
Países ricos industrializados	16	14	14
Países ex-socialistas	17	12	11
Países menos prósperos do sul da Europa e da América do Sul	27	23	20
Grécia	30	42	41
Hungria	10	9	7
Média internacional	19	15	14

Uma disposição particularmente baixa para comportamento ilegal de protesto político encontra-se nos países ex-socialistas. Assim, na Hungria somente 10% aprovam a disposição de pintar frases de protesto, 9% declaram-se dispostos a

participar de bloqueios e 7% a participar de ocupações de prédios públicos.

Tudo indica que nessas diferenças, em parte consideráveis, há diferentes tradições de protesto político em jogo. Os países do sul da Europa ou da América do Sul têm em maior medida tradições revolucionárias ou, ao menos, de movimentos de protesto mais intensos que os países industrializados ricos. Além disso, a punibilidade de comportamentos de protesto ilegais é avaliada diferentemente de país para país.

Diante das mudanças sociais maciças recentemente ocorridas nos países ex-socialistas, pode-se estranhar o fato de os jovens de lá rejeitarem de forma particularmente intensa as formas ilegais de comportamento político. Além disso, nos países ex-socialistas as pessoas, em geral, defrontam-se com graves problemas econômicos e sociais, que tornariam plausíveis os protestos políticos. Por outro lado, nesses países existe uma tradição de pelo menos duas gerações de Estado autoritário, que tornou tabu o protesto social. Possivelmente, o processo de desvencilhar-se de tais tradições demanda um prazo longo que ainda não teve tempo de ocorrer nesses quase dez anos desde o colapso dos regimes socialistas.

Outros complexos temáticos relativos à disposição para a atividade política são as questões sobre protestos sociais pacíficos e atividades políticas sociais. Em comparação com a disposição para participação ativa convencional em atividades políticas e a disposição para atividade ilegal, essas áreas de atuação recebem aprovação muito maior. A aprovação alcança aproximadamente o triplo da disposição para participação política ativa convencional ou para participação ilegal.

No que se refere à participação em demonstrações de protesto ou manifestações pacíficas, há uma dispersão internacional particularmente grande (Tabela 3). Enquanto somente 28% dos jovens ingleses ou 21% dos finlandeses estariam dispostos a isso, os valores de concordância nos países sul-america-

Tabela 3. *Protesto pacífico e engajamento social numa comparação internacional (concordância em porcentagem).*

	Participar de uma demonstração ou manifestação de protesto pacífica	Coletar assinaturas para uma carta aberta	Investir tempo para ajudar pobres e idosos	Coletar dinheiro para uma boa causa
Alemanha	38	41	57	54
Países ricos industrializados	42	43	54	56
Países ex-socialistas	38	38	66	51
Países menos prósperos do sul da Europa e da América do Sul	46	66	85	80
Colômbia	66	75	86	79
Suécia	36	31	39	41
<i>Média internacional</i>	45	47	67	61

nos são nitidamente maiores (Grécia: 78%; Colômbia: 66%; e Chipre, até 86%). A Alemanha situa-se no limite inferior da média, com 38%, juntamente com países como a Suíça (40%) ou os EUA (39%). Tudo indica que no sul da Europa e na América do Sul existe uma cultura de protesto muito mais forte, que também inclui a transgressão do limite para o protesto ilegal.

Há grandes diferenças entre os países quanto à disposição de assumir responsabilidade social pelos concidadãos (vide, igualmente, a Tabela 3). Nos países sul-europeus e sul-americanos, a disposição de coletar dinheiro para boas causas é nitidamente mais pronunciada que na Alemanha ou em outros países ricos. Muito semelhantes são também os resultados da disposição de investir tempo para ajudar pessoas pobres e idosas. Na Alemanha e em outros países ricos, a disposição de tal ajuda a vizinhos está abaixo da média entre os jovens. Contudo, aqui há diferenças entre os sexos. Na Alemanha, as moças são muito mais engajadas socialmente. As diferenças situam-se entre 17 e 20 pontos percentuais. Não será possível tratar mais detalhadamente dessas diferenças nos limites deste artigo.

Os motivos pelos quais os jovens nos países sul-europeus e sul-americanos menos prósperos levam muito mais a sério a responsabilidade social poderiam ter relação com a tradição católica desses países, da presença muito maior de pobreza e necessidade de ajuda na vida diária, ou também da tradição de ajuda mútua em famílias rurais ou em clãs. Em países com forte tradição de assistência estatal — como por exemplo na Suécia — espera-se tradicionalmente que o Estado assuma essas tarefas sociais, o que ele, de fato, faz.

Os jovens dos países ex-socialistas também mostram relativamente pouco engajamento social. Sua disposição para ajuda social corresponde aproximadamente àquela dos jovens nos países industrializados ricos. Embora nos países ex-socialistas a pobreza das pessoas esteja muito mais presente na vida diária que nos ricos países industrializados, é possível que tam-

bém aqui a tradição socialista do Estado assistencialista, que encarrega o governo de resolver tais questões, desempenhe algum papel.

Também a disposição para protestos legais é pequena nos países socialistas. Isso apóia a suposição, já expressa, de que a tradição de Estado autoritário desses países tenha impedido o desenvolvimento de uma cultura de protesto — seja ela legal ou, como já foi discutido, ilegal.

Ainda que a comparação com países sul-europeus e sul-americanos revele um engajamento relativamente menor dos jovens alemães em responsabilidade social, é preciso ter em mente que, dentre todas as formas de participação política mencionadas no questionário, o engajamento social tem de longe a mais alta taxa de concordância entre os jovens alemães. De qualquer forma, mais da metade dos entrevistados estaria disposta a tal engajamento.

Participação democrática na escola

Aprende-se democracia na escola não apenas numa determinada matéria, mas, primeiramente, perpassando todas as matérias que incorporem temas de relevância política e, segundo, pela forma das estruturas de interação que deverão possibilitar a atuação democrática e a aquisição de competência democrática. Um aspecto central para o aprendizado de competência democrática e de disposição para agir é a participação dos alunos em grêmios e conferências na escola. Isso significa, por um lado, a co-gestão dos alunos em grêmios, mas também a co-gestão no ensino, em grupos de trabalho e projetos ou no engajamento social na vida diária da escola.

Apresentou-se um total de sete perguntas sobre a participação democrática na escola, que se dividem em dois grupos temáticos: posição em relação à relevância da participação de-

mocrática na escola e disposição individual de cooperação para a resolução de conflitos na escola.

A disposição de participação democrática na escola é, em geral, alta (Gráfico 2). Também os jovens alemães declaram-se nitidamente a favor da participação democrática na escola, mas sua concordância média é menor que a dos jovens de outros países.

O contraste entre países ricos e pobres que se manifestou da disposição geral de participação política também aparece na disposição individual de contribuir para a resolução de conflitos na escola. Não está tão nítido na avaliação das possibilidades de participação dos alunos em processos decisórios na escola.

No total, os jovens alemães manifestam a menor disposição de participar na escola, tanto com referência a colaboração em grêmios como também a engajamento individual. Isto vale também na comparação com outros países industrializados ricos (Tabela 4). Nesse sentido, os resultados sobre a disposição de participação na escola diferem daqueles de disposição para participação política geral. Enquanto a disposição para participação política geral revela principalmente um contraste entre os países ricos e os mais pobres, os jovens alemães estão bastante isolados quanto à sua pequena disposição para participação escolar, também entre os próprios países ricos.

Cooperação em grupos

Em geral, os jovens de 14 ou 15 anos de idade ainda não participam em organizações políticas. Mesmo assim, existem muitos grupos aos quais eles se associam, como sociedades esportivas ou grupos de orientação artística. Também na escola existem possibilidades de participação em grupos, como representações de alunos, parlamentos de alunos, jornais internos, clubes de alunos ou grupos de trabalho.

Gráfico 2. Disposição de participação democrática na escola (concordância em porcentagem).

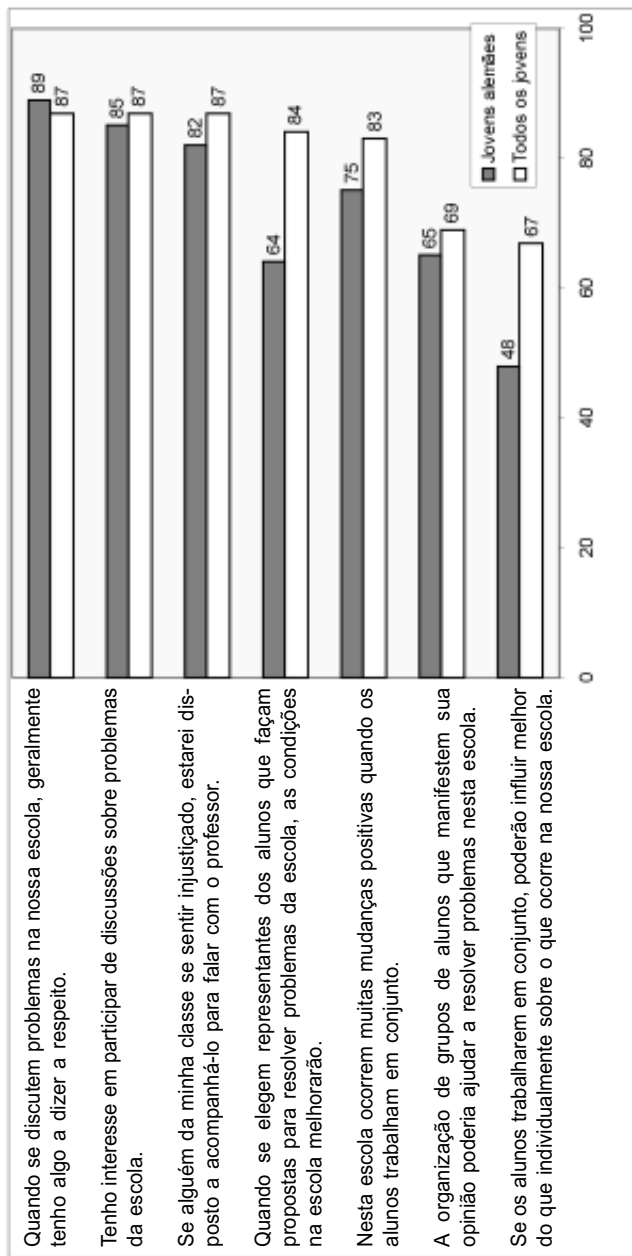
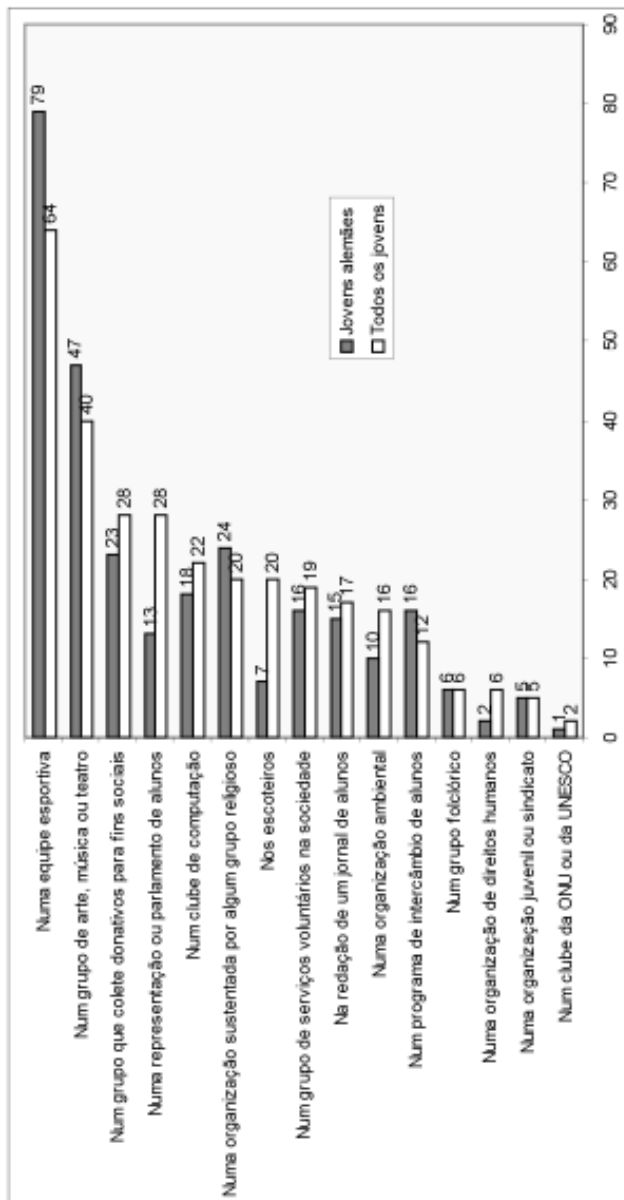


Tabela 4. Participação democrática na escola numa comparação internacional (concordância em porcentagem).

	Alemanha	Países ricos industrializados	Países ex-socialistas	Países menos prósperos do sul da Europa e da América do Sul	Média internacional
Quando se elegem representantes de alunos que apresentem propostas de solução de problemas da escola, as condições da escola melhoram.	64	81	85	85	84
Se alguém da minha classe se sentir injustiçado, estou disposto a acompanhá-lo num diálogo com o professor ou os professores.	75	81	82	92	84
Quando se discutem problemas na nossa escola, geralmente tenho algo a dizer a respeito.	48	64	65	77	67

Gráfico 3. Colaboração em grupos (concordância em porcentagem).



O questionário indagou sobre a cooperação num total de 15 diferentes grupos. Os resultados demonstram que os jovens atuam principalmente em sociedades esportivas e grupos de orientação artística. A cooperação em grupos de orientação política, mas também em grupos de co-gestão escolar, é comparativamente bem menor (Gráfico 3).

Em comparação com os jovens de outros países, os jovens alemães cooperam mais raramente em grupos cuja atividade possa ser considerada como política num sentido mais amplo. Isso se percebe menos para a cooperação nas organizações políticas juvenis de partidos ou sindicatos, nas quais também nos outros países a participação é muito reduzida, em decorrência da idade. Por outro lado, há uma diferença mais marcada no tocante à participação em parlamentos de alunos ou organizações humanitárias ou orientadas para proteção ambiental. Por fim, atividades voltadas para o lazer, como participação em clubes esportivos ou grupos artísticos, em contraste, têm participação acima da média entre os jovens alemães.

A tabela 5 demonstra que são novamente os jovens nos países sul-europeus e latino-americanos menos prósperos que cooperam bem mais nessas áreas. Isso vale também para a cooperação nas organizações ambientais, que, segundo a opinião geral, despertariam interesse principalmente na Alemanha.

Tabela 5. *Colaboração em grupos numa comparação internacional (concordância em porcentagem).*

	Numa representação ou parlamento de alunos	Numa organização de direitos humanos	Numa organização ambiental	Numa sociedade esportiva
Alemanha	13	2	10	79
Países ricos industrializados	28	4	13	77
Países ex-socialistas	21	4	13	54
Países menos prósperos do sul da Europa e da América do Sul	45	12	28	67
Grécia	59	16	32	75
<i>Média internacional</i>	28	6	16	64

4. Conclusão

A comparação internacional revela um engajamento político abaixo da média entre os jovens alemães. Estes mostram também menos interesse na co-gestão escolar e participam menos em grupos de orientação política e social fora da escola.

No geral, o estudo comparativo revela um contraste entre os países industrializados ricos e os países sul-europeus e sul-americanos menos prósperos. Os jovens sul-europeus e sul-americanos são muito mais ativos politicamente — com ênfase nas atividades políticas sociais. Esses resultados contradizem a suposição de que a riqueza levaria a maior engajamento social e maior humanidade, por libertar das pressões das necessidades materiais (INGELHART, 1977). Os jovens dos ricos países industrializados ocidentais mostram muito menos engajamento social que os jovens de outros países.

Também em comparação com outros países industrializados ricos, os jovens alemães demonstram em média uma disposição de participação e co-gestão política menor, bem como um engajamento menor em política social. Quais seriam os motivos disso? Se não quisermos atribuir à sociedade alemã em geral um engajamento político reduzido — embora isso naturalmente também devesse ser discutido — será necessário procurar os motivos principalmente nas condições de formação dos jovens.

Cabe questionar se a organização do sistema escolar alemão não seria pouco favorável ao aprendizado político e social. Na comparação internacional, o sistema escolar alemão é único no que se refere à sua estrutura organizacional, pelo menos em relação aos países que participaram do estudo da IEA. Ele combina um sistema escolar de meio período com uma estrutura tripartite do grau secundário. É verdade que existem outros países com sistema escolar de meio período (por exemplo, a Itália) e também países com estrutura de mais de um segmento (no máximo dois), como a Suíça, mas não existe nenhum país que reúna esses dois elementos organizacionais.

Em países com sistema escolar de período integral ou de sistemas escolares em que haja oferta de atividades na escola à tarde, os alunos têm mais possibilidades de aprendizado social e de co-gestão que no caso do estudo compartmentado e restrito à manhã, que deixa uma margem muito reduzida para isso.

Os defensores do sistema escolar alemão de meio período freqüentemente apontam as numerosas atividades de grupo voluntárias dos jovens no período da tarde. No entanto, no âmbito do nosso estudo, uma forte participação em tais atividades restringe-se tão-somente a atividades tradicionais de lazer — como a participação em clubes esportivos ou grupos artísticos. Nesses aspectos, os jovens alemães apresentam valores mais altos que a média internacional. É verdade que em tais grupos também se exercita comportamento social, mas quase nada de participação e engajamento político. Com relação à maioria das atividades de grupo aqui abordadas (como participação em organizações ambientais, organização de direitos humanos, escoteiros, clubes de computação, grupos prestadores de serviços sociais ou coletores de doativos para finalidades sociais) a participação dos jovens alemães está abaixo da média internacional.

Também a estrutura tripartite do sistema escolar alemão proporciona pouco apoio ao aprendizado social. Num sistema escolar integrado, necessariamente se requer um desempenho de integração social mais elevado, porque nesse caso o conjunto das crianças e dos jovens é muito menos homogêneo que num sistema verticalmente diferenciado. Nos grupos de aprendizado heterogêneos das escolas integradas, que abrangem todo o espectro da respectiva faixa etária, ocorrem processos de aprendizado social que favorecem a participação e o comportamento socialmente engajado.

Caberia ainda perguntar se o ensino fortemente centrado no professor, freqüentemente atribuído ao sistema escolar alemão, restringiria a disposição de participação dos alunos. No ensino centrado no professor predomina a transmissão de matéria, sobrando relativamente pouco tempo para o aprendizado social e co-gestão ativa. Tais pontos de vista merecem maior discussão e pesquisa. De qualquer forma, existe uma demanda por ação para se atingir o objetivo de promover o engajamento político na escola.

Referências bibliográficas

- HANDLE, Christa, OESTERREICH, Detlef, TROMMER, Luitgard. *Aufgaben politischer Bildung in der Sekundarstufe I*. Opladen, 1999.
- INGELHART, Ronald. *The silent revolution*. Changing values and political styles among Western publics. Princeton, 1977.
- KAASE, Max. Partizipation. In: NOHLEN, Dieter (Org.). *Wörterbuch Staat und Politik*. Bonn, 1996.
- OESTERREICH, Detlef. *Politische Bildung in Deutschland*, Deutsche Jugendliche im internationalen Vergleich. Opladen, no prelo.
- OESTERREICH, Detlef, HANDLE, Christa, TROMMER, Luitgard. Eine Befragung von Experten und Expertinnen zur politischen Bildung in der Sekundarstufe I. In: HANDLE, Christa, OESTERREICH, Detlef, TROMMER, Luitgard. *Aufgaben politischer Bildung in der Sekundarstufe I*. Opladen, 1999.
- TORNEY, Judith, OPPENHEIM, Abraham N., FARNER, Russel. *Civic education in ten countries*. An empirical study. New York, 1975.
- TORNEY-PURTA, Judith, SCHWILLE, John, AMADEO, Jo-Ann. *Civic education across countries: twenty-four national case studies from the IEA Civic Education Project*. Amsterdã, 1999.
- TROMMER, Luitgard. Eine Analyse der Lehrpläne zur Sozialkunde in der Sekundarstufe I. In: HANDLE, Christa, OESTERREICH, Detlef, TROMMER, Luitgard. *Aufgaben politischer Bildung in der Sekundarstufe I*. Opladen, 1999.
- VERBA, Sidney, NIC, Norman. *Participation in America: political democracy and social equality*. New York, 1972.

Resumo:

O artigo descreve os principais resultados de uma pesquisa comparativa realizada em 28 países (a maioria, da Europa ocidental e oriental e do continente americano) sobre a atitude de jovens na faixa etária de 14 a 15 anos diante da atuação política.

Os critérios de pesquisa foram estabelecidos a partir de um consenso, entre os diversos países, do que são bons indicadores de envolvimento e interesse na atuação política, e incluíram, além das formas tradicionais de atuação (votar, participar em partidos políticos), atividades direcionadas à promoção social, cidadania e defesa de direitos.

Os resultados são apresentados sob o ponto de vista de uma comparação entre os jovens alemães e a média de todos os países, agrupados, em certos casos, em conjuntos geográficos e sócio-econômicos, e mostram uma significativa falta de interesse dos jovens alemães, relativamente a outras juventudes, diante de diversas formas de atuação política. Algumas hipóteses são levantadas como explicação para tais resultados.

Publicações anteriores dos *Cadernos Adenauer*



SEGURANÇA E SOBERANIA (Vol. 5, 2001)

AMAZÔNIA: AVANÇA O BRASIL? (Vol. 4, 2001)

BUROCRACIA E REFORMA DO ESTADO (Vol. 3, 2001)

**UNIÃO EUROPÉIA: TRANSTORNOS E ALCANCE
DA INTEGRAÇÃO REGIONAL** (Vol. 2, 2001)

A VIOLÊNCIA DO COTIDIANO (Vol. 1, 2001)

OS CUSTOS DA CORRUPÇÃO (Vol. 10, 2000)

FÉ, VIDA E PARTICIPAÇÃO (Vol. 9, 2000)

BIOTECNOLOGIA EM DISCUSSÃO (Vol. 8, 2000)

POLÍTICA EXTERNA NA AMÉRICA DO SUL (Vol. 7, 2000)

UNIVERSIDADE: PANORAMA E PERSPECTIVAS

(Vol. 6, 2000)

A RÚSSIA NO INÍCIO DA ERA PUTIN (Vol. 5, 2000)

OS MUNICÍPIOS E AS ELEIÇÕES DE 2000 (Vol. 4, 2000)

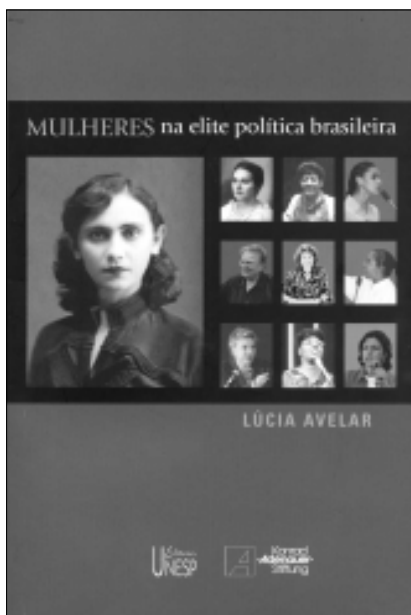
ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA (Vol. 3, 2000)

O BRASIL NO CENÁRIO INTERNACIONAL (Vol. 2, 2000)

POBREZA E POLÍTICA SOCIAL (Vol. 1, 2000)

OBS.: Os *Cadernos Adenauer* podem ser solicitados diretamente à Fundação Konrad Adenauer.

- ✓ Preço da assinatura para 2002 (6 volumes):
R\$ 25,00 (vinte reais).
- ✓ Preço dos 6 volumes editados no ano 2001:
R\$ 20,00 (vinte reais).
- ✓ Preço dos 10 volumes editados no ano 2000:
R\$ 25,00 (vinte e cinco reais).
- ✓ Preço individual do exemplar:
R\$ 5,00 (cinco reais).



MULHERES NA ELITE POLÍTICA BRASILEIRA

Lúcia Avelar

2ª edição revisada e ampliada

192 páginas – R\$ 20,00

Os estudos sobre a participação das mulheres na vida política, já no início do século XX, colocavam em relevo aspectos relacionados com a evolução dessa participação sob a perspectiva das mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades.

No caso do Brasil, as análises sobre mulheres na política também devem levar em conta as razões do lento processo de mudanças políticas no país, particularmente no campo dos direitos de cidadania.

Este livro oferece um quadro da presença das mulheres na elite política brasileira, sob a perspectiva dessas mudanças. Nesse sentido, ele trata também da democratização da sociedade brasileira, pressupondo que há democracia de direito e de fato quando os direitos de cidadania são extensivos a todos os segmentos, sem discriminação territorial, socioeconômica, de raça e de gênero.

Este livro pode ser adquirido diretamente no Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer.



Editoração, Impressão e Acabamento
Rua 1822, n. 347 • Ipiranga
04216-000 SÃO PAULO, SP
Tel.: (0**11) 6914-1922